

Relatório de Visita de Correição

Pugmil

Serviço de Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas,
Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato de
Notas

Relatório de Visita de Correição

SUMÁRIO

Dados da Correição	4
Equipe Correicional	5
Dados da Cartório	6
Introdução.....	7
Metodologia.....	9
Funcionários.....	10
Mobiliário e Serviços (Art. 64, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)	10
Estrutura Física (artigos 64, 65 e 66 do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO).....	11
Sistema de Gestão Integrado das Serventias Extrajudiciais - GISE - Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	22
Taxa de Fiscalização Judiciária, Funcivil e Funcese - Situação Geral	24
Justiça Aberta (Provimento n. 24/2012/CNJ)	24
Metas e Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ	26
Das Centrais.....	31
Pontos Específicos do Registro de Imóveis.....	33
Declaração Sobre Operações Imobiliária - DOI - Instrução Normativa RFB Nº 1112, de 28 de dezembro de 2010.....	33
Boas Práticas da Serventia	34
Das Premiações e Programas de Qualidade	34
Das Reclamações Recebidas	34
Dos Questionamentos Formulados pelo Delegatário(a) e ou Interino(a)	35
Obrigações Tributárias	35
Malote Digital.....	35
CRTD - Livro A - Protocolo (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 135)	36
CRTD - Livro B - Transcrição Integral (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 137)	37
CRTD - Livro G - Indicador pessoal específico para repositório dos nomes dos apresentantes que figurarem no Livro F (Lei n. 6.015/73 – Art. 132, VII)	38
RI - Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros (Lei n. 5.709/71 - art. 10)	38
TAB - Livro de Ata Notarial - Art. 421, VII do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	38
TAB - Livro Substabelecimento - Art. 421, VI do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	40
TAB - Reconhecimento de Firmas - Art. 421, VIII do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	40
CRPJ - Livro A (Lei n. 6.015/73 – Art. 114 e 116)	41

Relatório de Visita de Correição

RI - Livro de Registro Geral (Lei n. 6.015/73 – Art.176).....	43
PROT - Livro Indicador Pessoal (Lei n. 9.492/97 – Art. 34)	51
RI - Livro de Protocolo (Lei n. 6.015/73 – Art. 174)	51
Livro Controle de Depósito Prévio (Provimento n. 45/2015 CNJ).....	54
CRPJ - Livro B (Lei n. 6.015/73 – Art. 114 e 116)	55
RI - Livro de Registro Auxiliar (Lei n. 6.015/73 – Art. 177)	55
RI - Livro de Registro de Comunicações Relativas a Diretores e Ex-Administradores de Sociedade em Regime de Intervenção ou de Liquidação Extrajudicial (Lei n. 6.024/74 – Art. 36 e 55)	55
Livro Registro Diário da Receita e da Despesa (Provimento n. 45/2015 CNJ)	56
CRTD - Livro C - Transcrição por Extração (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 135)	56
CRTD - Livro D - Indicador Pessoal (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 138).....	56
PROT - Livro de Protocolo Atual (Lei n. 9.492/97 – Art. 32)	57
TAB - Livro de Procurações - Art. 421, V do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO.....	58
CRPJ - Livro de Protocolo (Art. 939, I do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)	59
RI - Livro Indicador Pessoal (Lei n. 6.015/73 – Art. 180).....	60
TAB - Livro de Escrituras: Compra e Venda - Art. 421, II do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	61
TAB - Livro de Testamentos - Art. 421, IV do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	65
CRTD - Livro F - Para registro facultativo de documentos ou conjunto de documentos para conservação (Lei n. 6.015/73 – Art. 132, VI)	65
TAB - Livro de Escrituras Diversas - Art. 421, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	66
PROT - Livro de Registro de Protestos (Lei n. 9.492/97 – Art. 33)	77
RI - Livro Indicador Real (Lei n. 6.015/73 – Art. 179)	78
TAB - Livro de Protocolo - Artigo 421, I do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO	79
Livro de Visitas e Correições (Provimento n. 45/2015 CNJ)	81
CRTD - Livro E - indicador real (Lei n. 6.015/73 – Art. 132, V).....	82
Comentário Geral dos Livros	83
Observação Geral	84
Conclusão	85
Assinaturas	86



Relatório de Visita de Correição

Dados da Correição	
Comarca	Paraíso do Tocantins
Cidade	Pugmil
Cartório	Serviço de Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas
Ato de Nomeação	Diário 2738 Número s/n publicado em 29/09/2011 29/09/2011
Data da Correição	19/06/2023



Relatório de Visita de Correição

Equipe Correicional	
Função	Nome
Corregedora-Geral da Justiça	MAYSA VENDRAMINI ROSAL
Juiz Auxiliar Supervisor dos Serviços Notariais e de Registro	ESMAR CUSTODIO VENCIO FILHO
Coordenador dos Serviços Notariais e de Registro	Wagner José dos Santos
Chefe da Divisão da Correição e Fiscalização	Carla Rejany Pimenta de Andrade
Assessor Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça	Rogério Liria Bertini
Assessora Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça	Lara Oliveira Braga
Assessora Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça	Ludiana Costa
Assessora Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça	Palloma Pereira Cavalcante

Relatório de Visita de Correição

Dados da Cartório	
Oficial(a)	Fernanda Pereira Cavalcante
Situação Funcional	Titular
Portaria/Decreto	Diário 2738 Número s/n publicado em 29/09/2011
CPF	901.631.841-00
CNPJ	14.635.628/0001-78
Número CNJ	13.869-3
Telefone	(63)99977-8611
E-mail	fpcavalcante@yahoo.com.br
Endereço	CENTRO RUA MARANHÃO, nº 160, QD. 03, LOTE 02 cep 77603000

Relatório de Visita de Correição

Introdução

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado para o acompanhamento da Correição Geral Ordinária, realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça, no Serviço de Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas, com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais - GISE e nas informações coletadas pela equipe correcional, durante a visita realizada no dia Serviço de Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas.

No tocante à competência institucional, a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão integrante da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sendo responsável pela orientação, correição e inspeção das Unidades Extrajudiciais (Tabeliães e Registradores, titulares e interinos) do Estado, nos termos definidos pela Lei Complementar nº 10/1996 (Lei Orgânica do Poder Judiciário Tocantinense); Lei Complementar nº 112/2018 (Dispõe sobre a organização dos serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público do Estado do Tocantins); Resolução nº 104/2018 (Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins) e Resolução nº 8/2021 (Dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins e dá outras providências).

Deste modo, com objetivo de dar publicidade às atividades correcionais, publicou-se a Portaria nº 259/2023, que estabeleceu o calendário da Correição Ordinária a ser realizada nas Serventias Extrajudiciais do estado (ano calendário 2023).

E, em conformidade com a Portaria nº 1385/2023 - GCJUS-TO, os poderes para inspecionar e orientar as Serventias Extrajudiciais foram estabelecidos com a determinação de expedição de todos os atos necessários e publicações, comunicações e convocações, inclusive da equipe designada para auxiliar o Juiz Auxiliar Supervisor dos Serviços

Relatório de Visita de Correição

Notariais e de Registro, Esmar Custódio Vêncio Filho, nos trabalhos, na forma do Provimento nº 3/2023 CGJ-TO.

Relatório de Visita de Correição

Metodologia

A equipe correcional, no que tange à fiscalização dos atos praticados, verificou a organização e a técnica dos serviços, analisando se o Notário ou Registrador cumpriu na íntegra todas as deliberações da correição anterior; os dados da serventia; estrutura física, funcional e mobiliária; tributos; segurança física e digital dos dados e acervo da serventia e metas e diretrizes da Corregedoria-Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, atendimentos às centrais, bem como os livros e documentação que deram origem aos atos, por amostragem.

Analisou-se, também, o índice de presteza e qualidade do atendimento, mediante a observação do tempo de espera e da adequação dos serviços, colhendo depoimentos dos usuários dos serviços durante a visita institucional.

Quanto às ferramentas de fiscalização concernentes à segurança e à autenticidade dos atos praticados, inspecionou-se a sistemática, descrição dos selos nos atos e se declarados no item correto da tabela de emolumentos respectiva, se os sistemas de automação utilizados pela serventia atendem aos padrões tecnológicos e de segurança para proteção e conservação dos dados.

No tocante à verificação das instalações prediais e da estrutura mobiliária e de equipamentos, a equipe correcional levantou a qualidade estrutural do prédio, utilizando critérios previamente definidos, que têm por escopo aferir a adequabilidade das dependências para a prestação dos serviços e a segurança e conservação dos livros e documentos do cartório.

Relatório de Visita de Correição

Funcionários		
CPF	Nome	Cargo / Função
05645186117	Maria Fernanda Candido Bizerra	Escrevente - Escrevente
09562115186	Ana Clara Bernardes	Estagiário (a) - Estagiário(a)
93151110282	Daniel Mineiro Da Silva	Escrevente - Oficial Substituto
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência	
	Em análise correcional, analisou-se que a situação dos prepostos encontra-se em situação regular, conforme cópia da CTPS no registro funcional, bem como a contratação dos prepostos na matrícula CEI. Concernente aos dados informados no sistema GISE, observou-se que os dados estão convergentes, assim como as imagens estão adequadas à proporção exigida pelo sistema. Assim, a serventia está regular quanto ao registro funcional.	

Mobiliário e Serviços (Art. 64, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)		
Código	Descrição	Resposta
228	É observada a prioridade de atendimento às pessoas com necessidades especiais, lactantes, grávidas e idosos, exceto na prioridade do registro, prevista em lei? (art. 149, XI, Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)	Sim
229	Os móveis, utensílios, máquinas e equipamentos são adequados para um bom atendimento? (Art. 64, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)	Sim
Comentários Gerais		

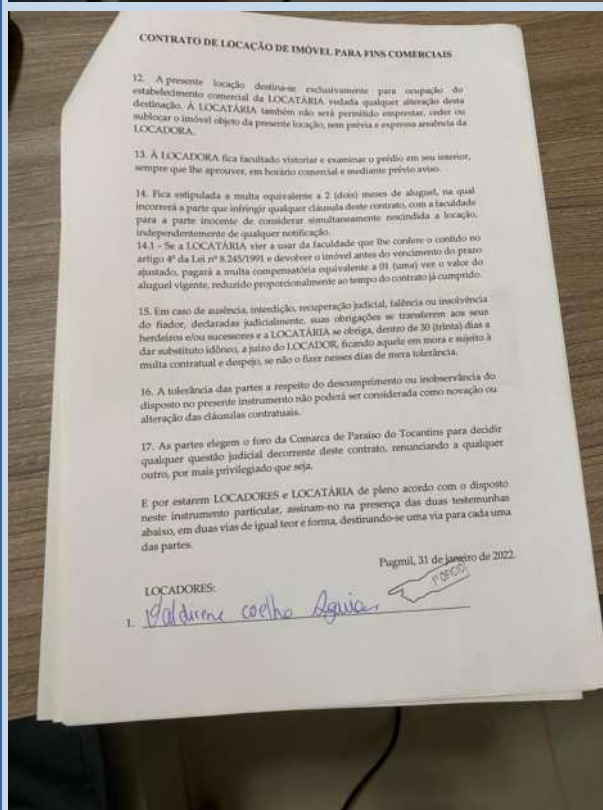
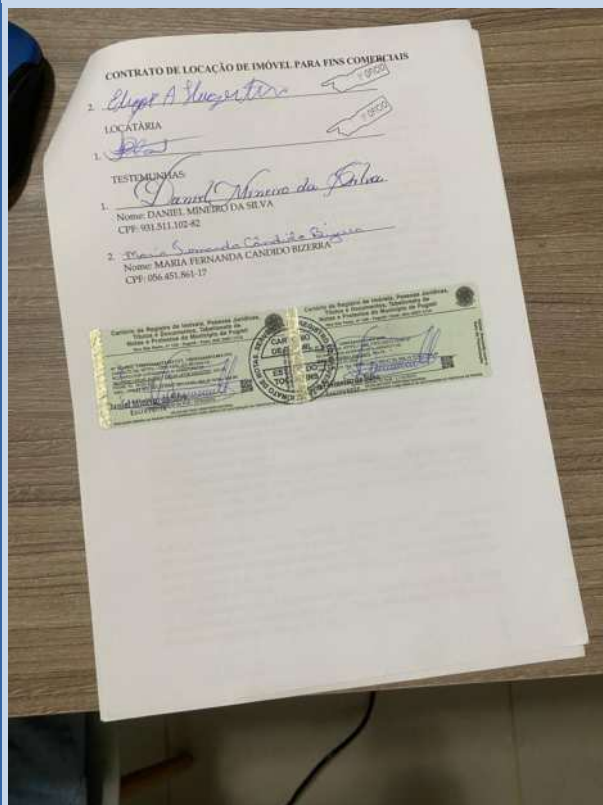
Relatório de Visita de Correição

Observação 1	Ocorrência O cartório tem 5 cômodos, sendo: 1 sala de atendimento, 1 banheiro adequado à PCD, 1 banheiro disponível para os prepostos, 1 sala de arquivo e 1 sala de reunião. Ademais, a serventia possui 4 computadores, 1 notebook, 3 impressoras multifuncionais, 3 ar-condicionados e mobiliário adequado tanto para os funcionários, quanto para os usuários. Verifica-se ainda que, dispõe de bebedouro e café disponíveis para usuários.
-----------------	--

Estrutura Física (artigos 64, 65 e 66 do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)		
Código	Descrição	Resposta
82	Edifício Observação Ocorrência A Delegatária informou que o imóvel era próprio, todavia, houve necessidade de vendê-lo, e atualmente o imóvel é alugado pelo valor de R\$1.000,00 (hum mil reais). Matrícula n. 143.	Alugado

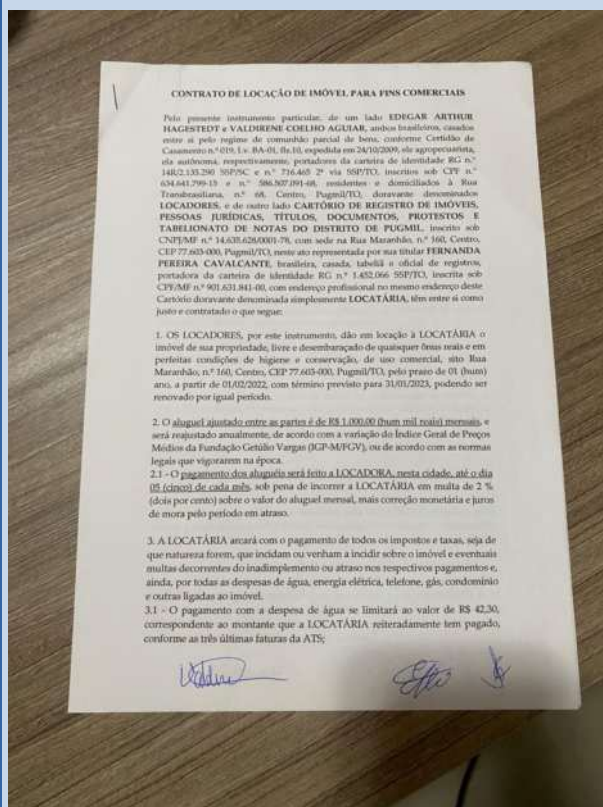
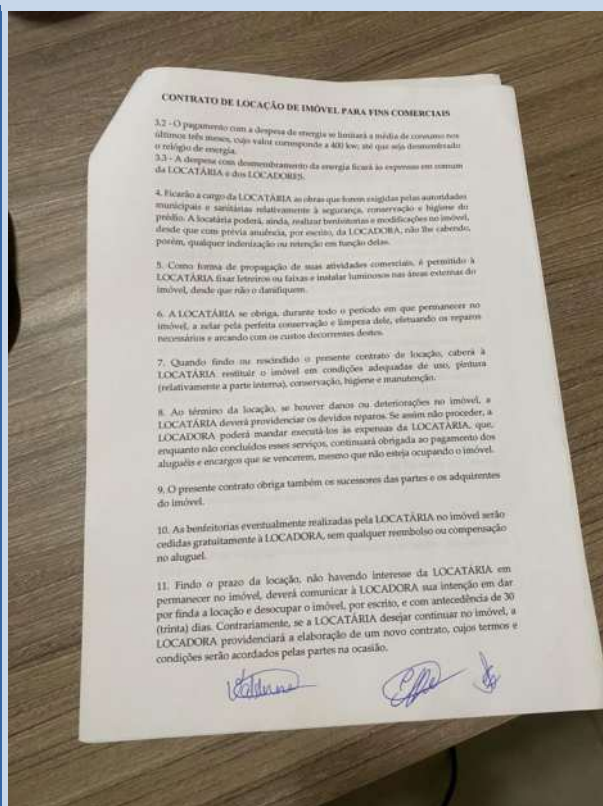


Relatório de Visita de Correição





Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição

23	Quantidade de Ambientes	6
24	Identificação Externa	Sim
	Achado Ocorrência Observa-se que na identificação externa não possui as atribuições da serventia, contrariando o que determina o Provimento n.3/2023/CGJUS/TO. Deliberação Considerando a omissão verificada, a Delegatária deverá providenciar placa de identificação contendo as atribuições da serventia, nos termos do artigo 64, §1º do Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO. Achado Ocorrência Durante os trabalhos correccionais, a Delegatária informou que o horário de funcionamento da serventia é de 8h às 11h e 13 às 18h, todavia, verificou-se que na identificação externa o horário encontra-se divergente daquele informado, sendo de 7h às 13h. Além disso, em mensagem automática do serviço oferecido virtualmente, via WhatsApp, analisou-se que o horário de funcionamento, também, é de 7h às 13h. Assim, a serventia está irregular quanto ao horário de funcionamento. Deliberação Quanto ao horário, a Delegatária deverá observar o Provimento nº 18/2012/CGJUS e a Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), que regulamentam o horário de expediente e atendimento das serventias extrajudiciais, devendo cumprir horário integral de expediente na serventia, conforme estabelece o Art. 1º do Provimento nº 18/2012/CGJUS: <i>"Art. 1º O horário de expediente nas serventias extrajudiciais será, nos dias úteis, das 8 às 11h e das 13 às 18h, nos termos do</i>	

Relatório de Visita de Correição

art. 109, da Lei Complementar nº 10, de 11 de janeiro de 1996."

Assim, deverá realizar o ajuste na placa informativa, fazendo constar o horário correto de funcionamento.



57

Localização

Fácil Acesso

Relatório de Visita de Correição

83	Segurança Observação Ocorrência A serventia é equipada com câmeras de monitoramento e cerca elétrica, além de possuir grade de ferro para proteger a porta de entrada, bem como extintores de incêndio com recarga dentro do prazo de validade alocados de forma regular. 	Sim
----	---	-----



Relatório de Visita de Correição





Relatório de Visita de Correição



75

Porta

Madeira

84

Piso

Bom

Relatório de Visita de Correição

85	Pintura	Boa
86	Instalação Elétrica	Bom
93	Infiltração	Não
17	Balcão	Sim
87	Ar condicionado	Sim
89	Janelas	Sim
92	Banheiro Observação Ocorrência O banheiro da serventia é adequado à pessoa com deficiência (PcD), em cumprimento à Lei n. 13.146/2015. 	Sim

Relatório de Visita de Correição

148	Acessibilidade geral Observação Ocorrência O Cartório dispõe de rampa na entrada da serventia, conforme foto em anexo. 	Sim
230	Arquivo Físico Observação Ocorrência A preposta Maria Fernanda apresentou o arquivo físico, e segundo a Delegatária, o acervo encontra-se 100% digitalizado.	Sim

Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição



Comentários Gerais

Sistema de Gestão Integrado das Serventias Extrajudiciais - GISE - Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

Código	Descrição	Resposta
94	Tabela de Custas e Emolumentos	Regular
143	GISE - Comunica não lidos 48h após o recebimento (6 meses) Observação Ocorrência Durante o trabalho correcional, a Delegatária foi cientificada acerca deste quantitativo e orientada acerca do prazo estabelecido para leitura do COMUNICA.	30

Relatório de Visita de Correição

Taxa de Fiscalização Judiciária, Funcivil e Funcese - Situação Geral		
Código	Descrição	Resposta
115	Débitos TFJ na Ficha Financeira de 04/2019 até hoje	0,00
113	Débitos TFJ na Ficha Financeira de 08/2017 até 03/2019	0,00
111	Débitos TFJ na Ficha Financeira de 11/2011 até 06/2017	0,00
117	Débitos TFJ na Ficha Financeira referente multas	0,00
118	Débitos TFJ na Ficha Financeira referente juros	0,00
144	Débitos Funcese na Ficha Financeira de 04/2019 até hoje	0,00
116	Débitos Funcivil na Ficha Financeira de 04/2019 até hoje	0,00
114	Débitos Funcivil na Ficha Financeira de 08/2017 até 03/2019	0,00
112	Débitos Funcivil na Ficha Financeira de 11/2011 até 06/2017	0,00
119	Débitos Funcivil na Ficha Financeira referente multas	0,00
120	Débitos Funcivil na Ficha Financeira referente juros	0,00
Comentários Gerais		

Justiça Aberta (Provimento n. 24/2012/CNJ)		
Código	Descrição	Resposta
197	Portal Justiça Aberta - Provimento n. 24/2012/CNJ	Irregular
Comentários Gerais		

Relatório de Visita de Correição

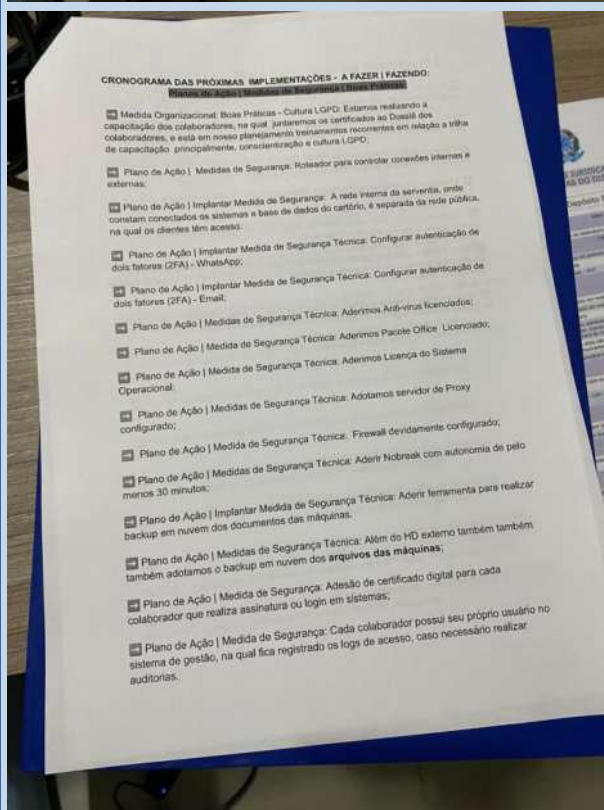
Observação 1	Ocorrência Conforme levantamento pré-correcional, em consulta ao site ao Portal Justiça Aberta, bem como ao sistema GISE, verificou-se que as seguintes inconsistências nas informações prestadas: Arrecadação: CNJ 01/2021 a 30/06/2021 - R\$ 281.572,33 GISE 01/2021 a 30/06/2021 - R\$ 282.718,89 CNJ 01/2022 a 30/06/2022 - R\$ 321.768,76 GISE 01/2022 a 30/06/2022 - R\$ 430.559,93 CNJ 01/07/2022 a 31/12/2022 - R\$ 339.509,65 GISE 01/07/2022 a 31/12/2022 - R\$ 450.169,19 Quantidade de atos: CNJ 01/2021 a 30/06/2021 - 3.534 GISE 01/2021 a 30/06/2021 - 3.523 CNJ 01/07/2021 a 31/12/2021 - 3.535 GISE 01/07/2021 a 31/12/2021 - 3.534 Deliberação Diante da situação levantada pela análise correcional, deverá a Delegatária providenciar a correção dos valores que representam sua arrecadação semestral bruta no portal Justiça Aberta, referente ao dois semestres de 2021, bem como ao segundo semestre de 2022, devendo, ainda, realizar a correção de eventuais divergências relativas aos anos anteriores informados, bem como retificar as informações e prestar esclarecimentos. Aclara-se que o valor a ser constado no portal Justiça Aberta é a soma dos emolumentos e dos repasses, consoante expressa previsão no sítio, a saber: <i>“Os valores aqui apresentados são fornecidos pelas próprias serventias no sistema, constituindo a receita bruta do período, ou seja, produto entre a quantidade de atos praticados e o valor de cada ato. Parte dessa receita é repassada a entidades ou órgãos, na forma da legislação estadual específica.”</i>
Achado 2	Ocorrência Em consulta ao portal Justiça Aberta, verificou-se que o horário de funcionamento da serventia das 7h às 13h, em desacordo com o Provimento N° 3/CGJUS. Deliberação Assim, a Delegatária deverá observar proceder com a alteração do horário de funcionamento do cartório no portal Justiça Aberta.

Relatório de Visita de Correição

Metas e Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ		
Código	Descrição	Resposta
213	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 74/2018/CNJ?	Regular
	Observação Ocorrência A serventia possui servidor de rede alocado em um ambiente próprio e climatizado. Ademais, todos os computadores possuem nobreak.	
214	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 134/2022/CNJ?	Regular
	Observação Ocorrência A serventia está atendendo as disposições relativas à LGPD. Contratou a empresa Simplificart para gerir os serviços.	

1

- **Plano de Ação | Medida de Segurança:** Criação de acessos e/o portais para cada usuário, de acordo com necessidade;
- **Plano de Ação | Medida de Segurança:** Realizarmos o cadastro e revisão dos acessos e permissões dos colaboradores nos sistemas/portais (sistemas de gestão, Oflit, etc...);
- **Plano de Ação | Medida de Segurança:** Elaborar um plano de continuidade da prestação de serviço em caso de contingências;
- **Atividades em andamento:** Realizar o mapeamento dos dados e elaborar o relatório "inventário dos Dados".
- **Próxima atividade:** Elaborar o Relatório de Impacto com intuito de identificar os riscos envolvidos em cada processamento de dados;
- **Boas Práticas |** Revisar e elaborar novas medidas de segurança para mitigar os riscos identificados no Relatório de Impacto e cadastrar na plataforma LGPD - Processo constante com auxílio do nosso DPO.
- **Boas Práticas |** Revisar e validar os Planos de Ação e serem adotados para prevenir incidentes (riscos e lógicas) - Processo constante com auxílio do nosso DPO.





Relatório de Visita de Correição

- ☒ Medida de Segurança: Email específico para o cartório, onde só tem acesso as pessoas autorizadas;
- ☒ Medida de Segurança: Adotar WhatsApp exclusivo para atendimento ao cliente;
- ☒ Medidas de Segurança Técnica: Possuímos Nobreak com autonomia suficiente para que consigamos salvar arquivos em caso de incidentes com a rede elétrica;
- ☒ Medidas de Segurança Técnica: Além do HD externo também adotamos o backup em nuvem dos **arquivos das máquinas**;
- ☒ Medidas de Segurança Técnica: Nosso sistema de gestão realiza backup em nuvem com cópia de segurança, as cópias são incrementais e são realizadas dentro do prazo exigido, a cada 30 minutos;
- ☒ Medidas de Segurança Técnica: Nossos sistemas de gestão possui trilha de auditoria (logs de acessos) ativa;
- ☒ Medidas de Segurança: Rede elétrica devidamente aterrada e link de comunicação de dados mínimo de 2 megabits;
- ☒ Elaboramos os Planos de Ação a serem adotados quando ocorrer incidentes (físicos e lógicos);
- ☒ Realizar registro na plataforma LGPD das medidas de segurança implementadas e a implementar LGPD;
- ☒ Realizar registro na plataforma LGPD das medidas de segurança implementadas e a implementar LGPD;

CORREIÇÃO - CENÁRIO LGPD NA SERVENTIA

IMPLEMENTAÇÕES/ADEQUAÇÕES REALIZADAS

Existem em processo de adequação da LGPD (Lei Nº 13.709/2018) o Provimento Nº 134/2022, onde já providenciamos a execução de vários pontos exigidos, também já adotamos algumas medidas de segurança, tais como:

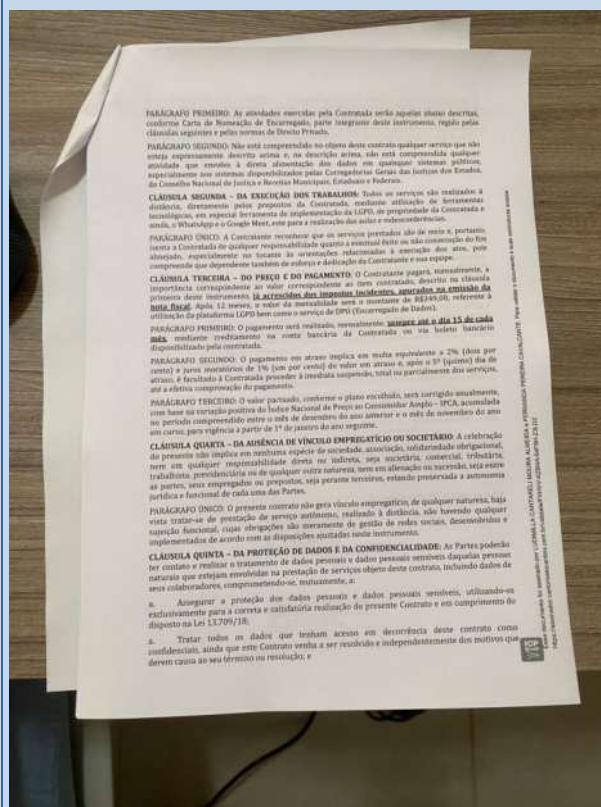
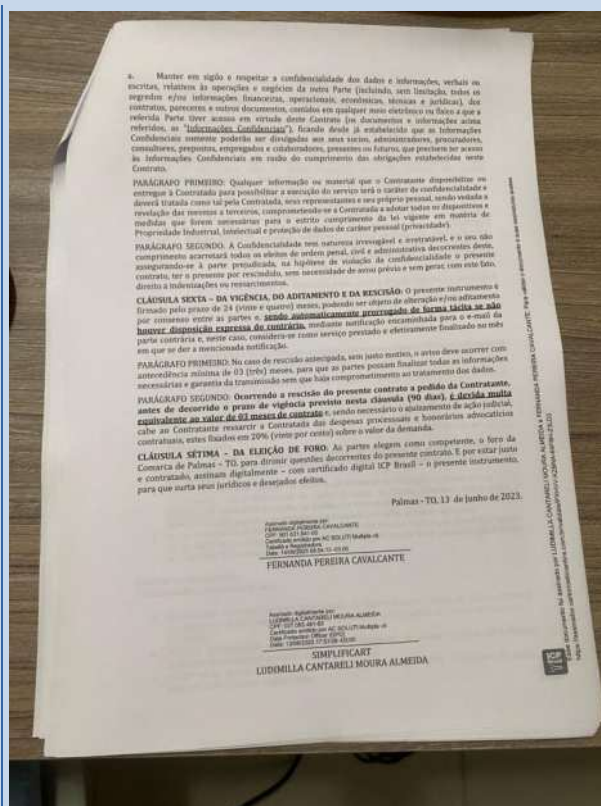
- ☒ Aderimos a plataforma LGPD;
- ☒ Feito a nomeação do DPO Certificado Internacionalmente pela EXIN;
- ☒ Nosso DPO (SimpliCart) - representado por Ludmila Ciantelli já encontra-se cadastrado e habilitado no portal <https://dpoap.rendomix.com.br>, para fazer as notificações, em caso de incidentes, cuja grau de risco seja necessário notificar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- ☒ Disponibilizamos canal eletrônico específico para atendimento das requisições ou reclamações apresentadas pelos titulares dos dados pessoais, sendo: atendimento@simplicart.com;
- ☒ Adotamos medidas de transparência aos usuários sobre o tratamento de dados pessoais (cartaz externo);
- ☒ Afixamos os cartazes na serventia referentes aos canais de contatos do nosso encampado de dados (DPO), bem como a o cartaz que trata de transparência ao usuários quanto aos dados tratados na serventia;
- ☒ Medida de Segurança Organizacional: Feito a adequação dos Contratos dos fornecedores;
- ☒ Medida de Segurança Organizacional: Feito a adequação dos contratos dos Colaboradores;
- ☒ Medida de Segurança - Organizacional: Elaboramos nossa Política Interna de segurança para que os colaboradores estudem, e adote as orientações;
- ☒ Medida de Segurança Organizacional: Colaboradores já assinaram o termo de confidencialidade e ciência quanto a forma de lidar com os dados pessoais;
- ☒ Medida de Segurança Organizacional: Elaboração do plano de resposta a incidentes, observando e respeitando as regras da LGPD e Provimento 134/2022 referente a quem notificar e o tempo em que deverá ser realizado tal notificação - Responsável: DPO;
- ☒ Utilizamos sistemas de gestão que está em conformidade com Provimento Nº 74/2018, que oferece o serviço de backup em nuvem dos atos praticados;

PODER JUDICIÁRIO

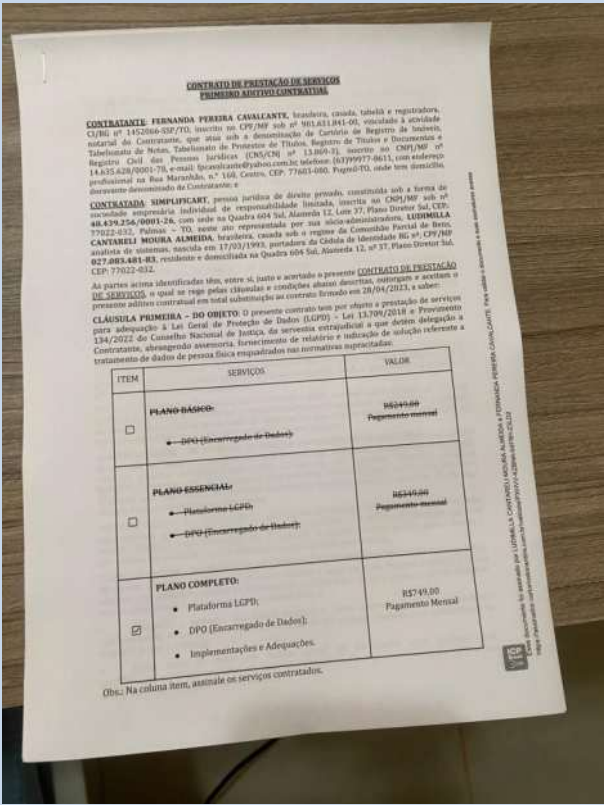
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ESTADO DO TOCANTINS

Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição

		
215	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 88/2019/CNJ?	Regular
216	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos do Provimento n. 77/2018/CNJ?	Não se aplica
217	Qual a situação da serventia em relação aos cumprimentos da Recomendação n. 9/2013/CNJ? Observação Ocorrência A Delegatária informou que o arquivo físico encontra-se 100% digitalizado.	Regular
256	Quando há alteração de prenome, a serventia observa as disposições do Provimento 137 CNJ quanto ao modo de Comunicação ao TSE?	Não se aplica
272	A serventia utiliza o sistema e-Notariado, conforme o Provimento n. 100/CNJ?	Sim

Relatório de Visita de Correição

	Observação Ocorrência Dá análise correcional, verificou-se que a Delegatária está habilitada para a prática de atos notariais eletrônicos.	
Comentários Gerais		

Das Centrais		
Código	Descrição	Resposta
249	A serventia disponibiliza os seus serviços via Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados - Cartórios Tocantins?	Sim
266	A serventia encontra-se integrada a Central de Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado - SAEC/ONR, na forma do Provimento n. 124/2021/CNJ? Achado Ocorrência A integralização das matrículas não se encontra completa, pois de 1344 matrículas foram informatizadas 1046. Assim as matrículas e indicador não estão disponibilizados na plataforma de forma integral. Deliberação Inicialmente aclara-se que a finalidade principal do ONR é a implementação do Sistema do Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), promovendo a interconexão em rede de todas as unidades de registro de imóveis do território nacional, propiciando acesso universal unificado e centralizado em um ponto único na Internet, mantidos os dados em suas bases primárias, nas respectivas serventias. Trata-se de arquitetura que promove o acesso universalizado com a distribuição orgânica de competências, respeitadas as atribuições de cada registrador imobiliário.	Sim

Relatório de Visita de Correição

	Nesse prisma, considerando a relevância da questão, a Delegatária deverá demonstrar a integração à SAEC/ONR, inclusive a devida disponibilização na plataforma do seu indicador pessoal, bem como as imagens das matrículas, conforme dispõe o Provimento n. 124/CNJ. A não integralização conforme verificada durante a visita correcional caracteriza descumprimento das disposições contidas no Provimento, possível de sanções na forma da Lei n. 8.935/1994, conforme redação do Parágrafo Único do art. 4º do Provimento n. 124/CNJ. Nesse sentido, antes de adoção de qualquer medida censória, oportunizamos a possibilidade de apresentação de PLANO DE AÇÃO em até 30 dias, detalhando a forma que se dará a integração completa ao ONR, observando o prazo improrrogável de 6 meses para cumprimento, sob pena de aplicação do Parágrafo Único do art. 4º do Provimento n. 124/CNJ.	
267	A serventia alimenta a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, na forma do Provimento n. 18/2012/CNJ?	Sim
268	A serventia encontra-se integrada a Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT, na forma do Provimento n. 87/2019/CNJ?	Sim
269	A serventia utiliza a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, na forma do Provimento n. 46/2015/CNJ	Não se aplica
271	Foi demonstrado pela serventia, a inclusão de todos os dados referentes aos nascimentos, casamentos, óbitos, natimortos e demais atos relativos ao estado civil lavrados, respectivamente, nos Livros “A”, “B”, “B Auxiliar”, “C”, “C Auxiliar” e “E” na Central de Informações de Registro Civil - CRC?	Não se aplica
Comentários Gerais		

Relatório de Visita de Correição

Pontos Específicos do Registro de Imóveis		
Código	Descrição	Resposta
247	Nos registros de loteamentos é observada a Lei Federal n. 6.766/79?	Não se aplica
	Observação	
	Ocorrência Não há registro.	
251	Nos registros das incorporações imobiliárias é observada as disposições da Lei Federal n. 4.591/64?	
253	O registro da Regularização Fundiária Urbana é feito com observância das disposições do artigo 42 e seguintes da Lei Federal n. 13.465/17?	Sim
255	Há registro de terra indígena na serventia? (Provimento n. 70/2018/CNJ)	
258	Nos procedimentos de retificação administrativa de matrícula de imóvel rural, a serventia está observando as disposições do Capítulo XVII do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO?	Sim
259	A serventia vem cumprimento da meta 19 do ano de 2018 do CNJ no que tange ao encerramento das transcrições das transmissões e a consequente abertura da matrícula?	Não
Comentários Gerais		

Declaração Sobre Operações Imobiliária - DOI - Instrução Normativa RFB Nº 1112, de 28 de dezembro de 2010		
Código	Descrição	Resposta
201	Qual a situação das Declarações Sobre Operações Imobiliária da Serventia para com a Receita Federal?	Regular



Relatório de Visita de Correição

Comentários Gerais

Boas Práticas da Serventia

Código	Descrição	Resposta
231	Durante o trabalho correcional foi apontada alguma boa prática desenvolvida na serventia?	Não

Comentários Gerais

Das Premiações e Programas de Qualidade

Código	Descrição	Resposta
223	A serventia possui Premiações ou integra Programas de Qualidade?	Não

Comentários Gerais

Das Reclamações Recebidas

Código	Descrição	Resposta
221	Durante o trabalho correcional ocorreram reclamações acerca do serviço?	Não

Comentários Gerais

Ocorrência

Observação 1	Durante o trabalho correcional, foi realizada uma entrevista com um usuário, oportunidade a qual avaliou o serviço do cartório como bom, pois sempre é bem atendido pelos prepostos e informou que o serviço é célere.
-----------------	--

Relatório de Visita de Correição

Dos Questionamentos Formulados pelo Delegatário(a) e ou Interino(a)

Código	Descrição	Resposta
224	Houveram questionamentos pelo Delegatário, Interino ou Inventor durante o trabalho correcional?	Não
Comentários Gerais		

Obrigações Tributárias

Código	Descrição	Resposta
202	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Regular
203	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	Regular
205	Qual a situação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Regular
248	Recolhimento do Imposto de Renda - IR dos prepostos e do Delegatário ou Delegatária, Interino ou Interina e Interventor ou Interventora	Regular
Comentários Gerais		

Malote Digital

Código	Descrição	Resposta
206	Qual a situação da serventia com relação a utilização do Malote Digital - Provimento n. 25/2012/CNJ	Regular
Comentários Gerais		

Relatório de Visita de Correição

CRTD - Livro A - Protocolo (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 135)

1 28/08/2018

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência Último protocolo: Número de ordem 164, Data 16/02/2023, Cesar Augusto Priori, Natureza: Registro de Cédula de Crédito Bancário, Selo n. 138693AAA037142 - KRA, lançado de forma correta no sistema GISE.	
	Ocorrência No campo “anotações/averbações”, não são indicados livro e folha onde o ato foi registrado, sendo apenas repetida a informação contida no campo “natureza”.	
Achado 2	Deliberação A escrituração do livro de Protocolo encontra-se de forma divergente ao que estabelece o Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO. Nos termos do artigo 968, o livro de protocolo deverá conter os seguintes campos:	
	I – o número de ordem, contínuo até o infinito; II – dia e mês; III – natureza do título; IV – nome do apresentante, completo ou abreviado; V – anotações, registros e averbações dos atos praticados. Além dos requisitos acima consignados, deverá haver ainda um campo destinado para a menção ao selo utilizado. Aclara-se que posteriormente ao registro no livro específico, a exemplo do registro no livro destinado à Trasladação Integral, far-se-á referência, no protocolo, ao número de ordem em que foi lançado, mencionando-se, também, o número e folha de outros livros em que houver qualquer nota ou declaração concernente ao mesmo ato.	

Relatório de Visita de Correição

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
163	19/01/2023	CESAR AUGUSTO PRIORI	REGISTRO DE CARTA DE ANUÊNCIA - R-145	REGISTRO DE CARTA DE ANUÊNCIA - R-145	138693AAA036338-UBR

Ocorrência

Observou-se que os elementos contidos no art. 135 da Lei Federal 6.015/73 estão sendo observados.

Alguns dos selos consultados: 138693AAA036338 – UBR, 138693AAA036332 – LRP, 138693AAA036330 – TXC, 138693AAA029508 - KSC.

CRTD - Livro B - Transcrição Integral (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 137)

2 29/01/2018

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Ocorrência

Observação 1 Último ato: Cédula de Crédito Bancário Rural, Número de ordem 146, Livro 2 B, Selo n. 138693AAA036339 - KFZ, lançado corretamente no sistema GISE.

Ocorrência

Observação 2 Da análise correccional por amostragem, não foram encontrados “achados”.



Relatório de Visita de Correição

CRTD - Livro G - Indicador pessoal específico para repositório dos nomes dos apresentantes que figurarem no Livro F (Lei n. 6.015/73 – Art. 132, VII)

1 27/06/2022

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

O Cartório possui o livro, todavia, ainda não há atos registrados.

RI - Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros (Lei n. 5.709/71 - art. 10)

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

Da análise do livro verificou-se a inexistência de qualquer imóvel pertencente a estrangeiro que esteja registrado no livro de controle.

TAB - Livro de Ata Notarial - Art. 421, VII do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO 17/05/2019

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Achado 1

Ocorrência

Último ato: livro 1, folha 10, parte: Shirley Ribeiro Lima, selo n. 138693AAA029171.

Achado 2

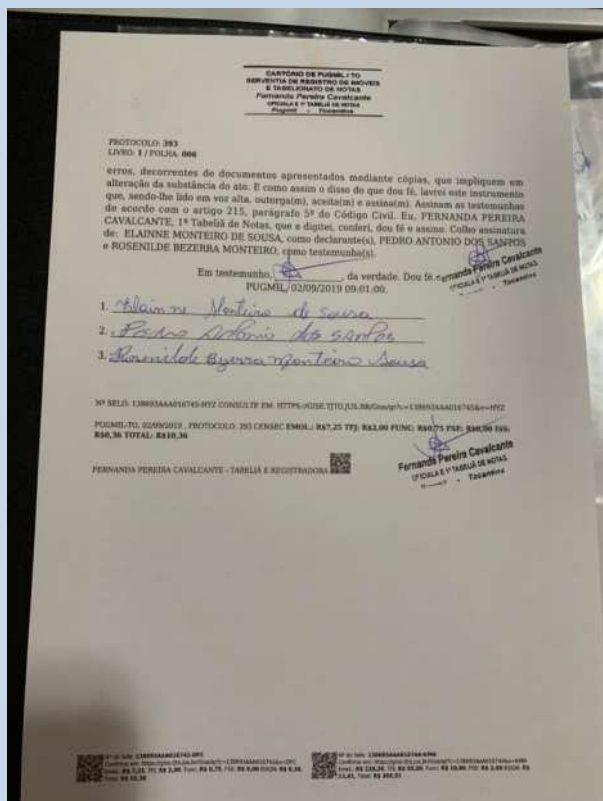
Ocorrência

O QR Code ao final dos atos está em tamanho muito reduzido de forma que ao tentar consultá-lo sequer é possível.

Deliberação

Relatório de Visita de Correição

A Delegatária deverá contatar o suporte técnico do sistema utilizado e requerer para que a disposição do QR Code ao final dos atos esteja em tamanho adequado para viabilizar a devida consulta.



Ocorrência

O livro possui 6 atas notariais lavradas.

Em consulta ao selo da última ata, selo n. 138693AAA029171, na TAG referente à quantidade de páginas verificou-se que consta no GISE que são 3 páginas quando na verdade o ato possui somente 2.

O mesmo ocorre na ata de folha 7, selo n. 138693AAA021620, o ato possui somente 2 folhas, mas no GISE constam 3 páginas.

A ata de folha 01, selo n. 138693AAA015757, possui 2 páginas, todavia, o no GISE apenas consta como sendo 1.

Deliberação

Em vista do erro material, a Delegatária deverá promover com as alterações pertinentes no sistema GISE, para que haja convergência das informações do ato às do sistema, pois o GISE é uma ferramenta do Poder Judiciário para o controle dos atos notariais e de registro.

Achado 3

Relatório de Visita de Correição

TAB - Livro Substabelecimento - Art. 421, VI do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO
1 07/11/2011

Código	Descrição	Resposta
--------	-----------	----------

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

Último ato: Substabelecimento de Procuração Pública de folha 24/26, selo n. 138693AAA035903 - ELS, lançado corretamente no sistema GISE.

Ocorrência

Do exame geral dos substabelecimentos, verificou-se que em seu teor consta informações acerca do nome e qualificação completa das partes, com menção à data, ao livro, à folha e à serventia em que tenha sido lavrado o instrumento público de procuração de origem, além das informações obrigatórias contidas no art. 12 da Lei Estadual n. 3.408/18.

Observação
2

A Delegatária arquiva na serventia cópia da procuração original apresentada no momento do ato.

Pontua-se que, assim como procede com as Procurações, a Tabeliã utiliza dos mesmos meios de verificação da veracidade dos instrumentos de substabelecimento, realizando ligações e consultas à CENSEC, sendo orientada, portanto, a utilizar-se, também, do Comunica-GISE e Malote Digital.

Alguns dos selos consultados: 138693AAA035903 – ELS, 138693AAA024206 – RYI, 138693AAA023308 – PLE, 138693AAA022067 – FGJ.

TAB - Reconhecimento de Firmas - Art. 421, VIII do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

Código	Descrição	Resposta
--------	-----------	----------

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

Último ato: Abertura de firma, Protocolo 2902, Ficha n. 1871, Selo n.

Relatório de Visita de Correição

Achado 2	138693AAA039061 - JHU, lançado de forma regular no sistema GISE. Ocorrência Do exame correcional, constatou-se que os selos dos atos não estão sendo vinculados ao selo de protocolo. Exemplos: 138693AAA039061 - JHU, 138693AAA039060 - YIM, 138693AAA031099 - WKJ.
Observação 3	Deliberação A Delegatária deverá prezar pela vinculação de todos os atos registraes que dizem respeito ao ato praticado, haja vista que esta medida facilita o controle e a fiscalização. Ocorrência Da análise geral da especialidade, verificou-se que a Delegatária armazena os cartões de firma com organização, separando-as por ordem alfabética, o que facilita a consulta. Para a confirmação da identidade do usuário, são coletadas biometria digital e foto facial, conforme prevê o Provimento. As fichas possuem as seguintes informações: Data, nome, CPF, RG estado civil, telefone, endereço, nome dos pais, número do protocolo, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, profissão, e-mail, e a aposição de três assinaturas da parte requerente, além dos selos de fiscalização e valores de taxas e emolumentos.

CRPJ - Livro A (Lei n. 6.015/73 – Art. 114 e 116)		
Código	Descrição	Resposta
Observação 1	1 07/11/2011 Comentários Gerais Ocorrência Último ato: Ata de Reunião de Assembleia Extraordinária, Anotações/Averbações: Ata da reunião de assembleia extraordinária para eleição do presidente e renovação dos membros da associação de apoio a CMEI Maria Ribeiro da Silva de Pugmil. Folha 70, Selo n. 138693AAA037913 - GPJ, lançado corretamente no sistema GISE.	

Relatório de Visita de Correição

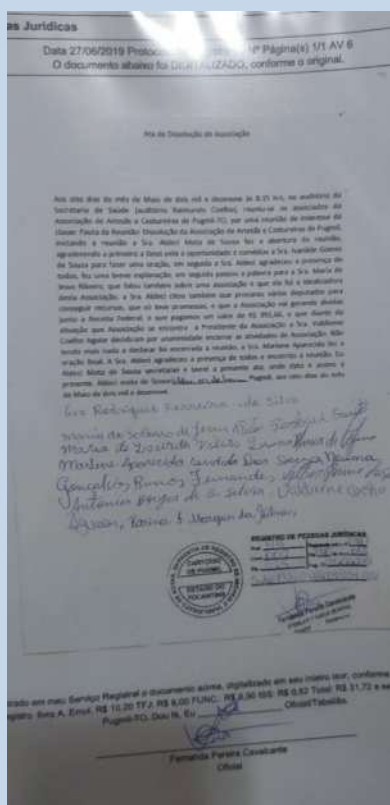
Ocorrência

Analisando os registros mais antigos, constatou-se que o selo de fiscalização não foi descrito com a numeração completa, conforme imagem.

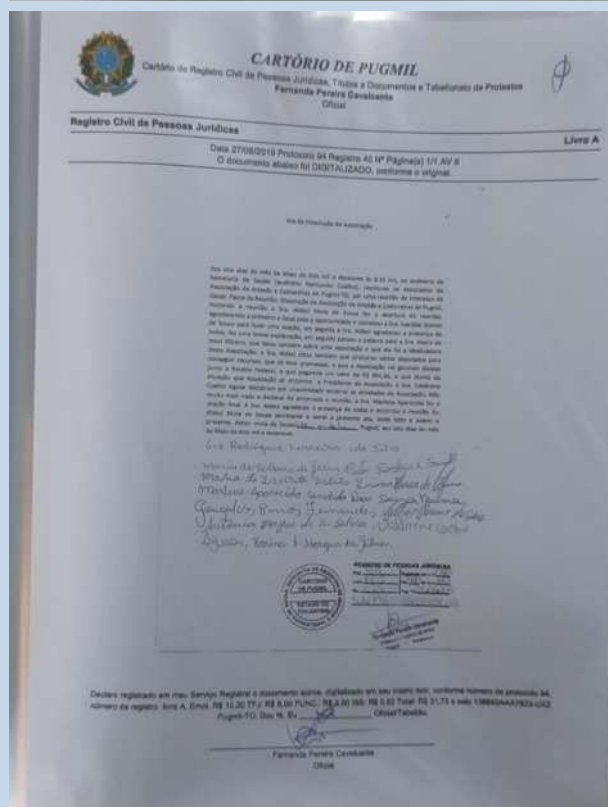
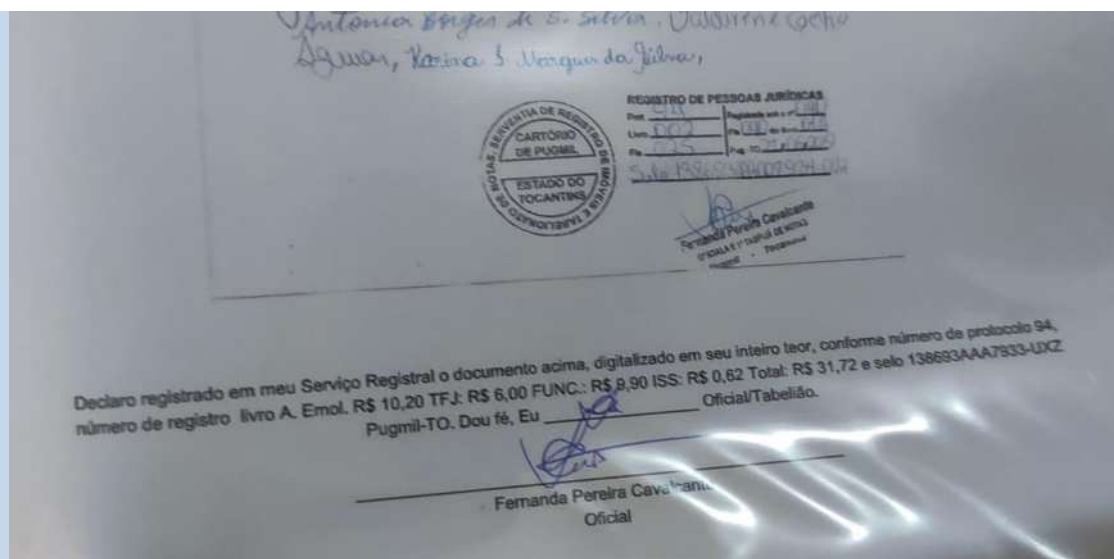
Deliberação

Deverá a Delegatária atentar-se quanto à apresentação completa do selo de fiscalização ao final de todos os atos, pois nos termos do artigo 12 da Lei Estadual n. 3.408/18, em todo ato notarial ou de registro devem ser lançados, além da descrição do selo de fiscalização, cota discriminando os emolumentos devidos, incluindo o valor da Taxa de Fiscalização Judiciária, da contribuição para a compensação prevista no art. 8º da Lei Federal nº 10.169/2000, na conformidade da respectiva tabela, e o valor correspondente ao imposto municipal incidente.

Achado 2



Relatório de Visita de Correição



RI - Livro de Registro Geral (Lei n. 6.015/73 – Art.176)

Código

Descrição

Resposta

Relatório de Visita de Correição

396	As folhas ou fichas estão numeradas e rubricadas? (Art. 181 do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO) Achado Ocorrência Analisando as matrículas, constatou-se que as fichas não estão sendo impressas, posteriormente ao ato, mantendo apenas no sistema. No caso, durante a visita e na medida em que foi sendo solicitadas as matrículas para averiguação a registradora fazia a impressão, e as que já estavam impressas não possuíam o seguinte: Nome da pessoa que praticou o ato; Rubrica ao final de cada ato - dispensa, art. 1055 prov. 3 (imagem anexas). Deliberação Visando sanear a irregularidade, a Delegatária deverá atentar-se à correta qualificação do preposto que realizou o ato, haja vista a disposição desta informação é o que permite o controle de eventuais erros em seus registros. Além disso, faz-se necessário a devida rubrica em todos os atos que formalizar, conforme a exigência do artigo o registrou. Ademais, recomenda-se que a Delegatária mantenha as fichas atualizadas não só no sistema de automação, mas também de forma física.	não
-----	---	-----



Relatório de Visita de Correição

Livro 2 - Registro Geral - FICHAS

020 MATRÍCULA 1 FICHA 1
Pugmil-TO, 03/04/2012
CIDADE / DATA
336693.2.0000220-09
CRM

Uma área de terreno urbano referente à **Quadra n.º 19, lote n.º 18** do loteamento urbano de Pugmil, **Bairro Centro**, município de Pugmil - TO, com **área total de 317,68 m² (trezentos e dezessete metros quadrados e sessenta e oito centímetros quadrados)**, com os seguintes limites e confrontações: 9,20 m (nove metros e vinte centímetros) de frente, limitando com a Avenida Transbrasiliana; 37,60 m (trinta e sete metros e sessenta centímetros) de lado direito, limitando com os lotes 14 e 16; 36,00 m (trinta e seis metros) de lado esquerdo, limitando com o lote 17; 7,60 m (sete metros e sessenta centímetros) de fundo, limitando com os lotes 11 e 12. Preço: R\$ 3.205,39 (três mil duzentos e cinco reais e trinta e nove centavos). **PROPRIETÁRIO:** MUNICÍPIO DE PUGMIL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.615.883-0001-07, com sede administrativa nesta cidade de Pugmil-TO. **REGISTRO ANTERIOR:** matrícula 011, (folha) 016/95 e 017 do Livro 2 A de Registro Geral, da Serventia de Pugmil-TO. Pugmil, 03 de abril de 2012.

R-1-M-220 - Feito em 01 de Abril de 2012 - Procedo ao presente registro para constar que o imóvel objeto da presente matrícula foi transferido para **DENYS ALVES DA SILVA**, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF sob o n.º 783.125.821-34, portador do RG n.º 256.481 SSP/TO, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **ALDEANE MARTINS COELHO DA SILVA**, brasileira, residente, portadora do RG n.º 0006099653 SSP/TO, inscrita no CPF sob o n.º 005.958.151-46, ambos residentes e domiciliados neste município de Pugmil-TO. **TRANSMITENTE:** MUNICÍPIO DE PUGMIL, já qualificado. **FORMA DO TÍTULO:** Título de Domínio 018/2010, Livro 008, Fls 006, datado 06 de setembro de 2010. Pugmil, 03 de abril de 2012.

AV-2-M-220 - Feito em 17 de Setembro de 2012 - Procedo-se à averbação, nos termos do art. 615-A, do CPC, de certidão comprovatória do ajuizamento de execução, extraída dos autos nº 2.010.0004.3718-0/0, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaíba do Tocantins-TO, no qual figuram como Requerente: **SELGRAM PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE SEMENTES LTDA.**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.070.356/0001-03, e como Requerido: **DENYS ALVES DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob n.º 783.125.821-34, tendo como valor da causa a importância de R\$ 3.495,74 (três mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos), consoante Certidão de Objeto e PE extraída, em 28 de agosto de 2012, pela Escrivania da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaíba do Tocantins-TO, o qual fica devidamente arquivado nos autos. Pugmil, 17 de setembro de 2012.

AV-3-M-220 - Feito em 01 de Julho de 2019 - Procedo a presente averbação por **RETIFICAÇÃO** da área total desta matrícula nos termos do art. 212 e 213, da Lei Federal nº 6.015/73, conforme consta no memorial descritivo de Remembramento, assinado pelo Técnico em Agrimensura, **EDILSON DA SILVA ARAUJO**, CREA/TO 200638/TO, demonstrando o remembramento de duas áreas: a menor de 50,40m² (cinquenta metros quadrados e quarenta centímetros quadrados), desmembrada do lote 17 da matrícula 221, que foi unificada à área de 317,68 m² (trezentos e dezessete metros quadrados e sessenta e oito centímetros quadrados).

Continuar no verso

Rua Maranhão, n.º 160, Qd. 03 Lt. 02 - Fone: (63) 3397-1113 - Centro - Pugmil-TO

No caso de abertura de nova matrícula, o encerramento é averbado na matrícula originária? (Art. 1.466 do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)

Achado

Ocorrência

Conforme análise de algumas matrículas que passaram pelo procedimento, constatou-se que não é feita uma averbação, apenas consta no final uma frase "FICANDO ENCERRADA ESTA MATRÍCULA"

Deliberação

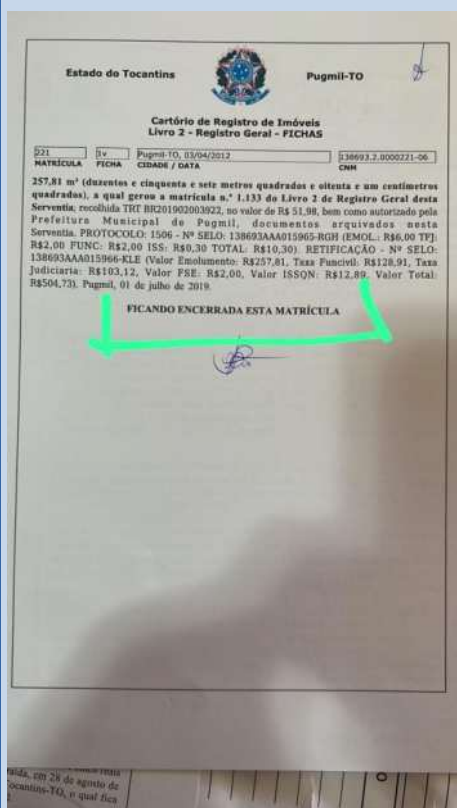
Nos termos do artigo 1.466 do Provimento n. 3/2023/CGJUSTO, preceitua que aberta nova matrícula na serventia extrajudicial instalada, o registrador desta comunicará o fato imediatamente ao cartório primitivo, por meio de ofício, o qual deverá ser remetido via sistema GISE, para o devido encerramento da matrícula anterior.

Assim, quando for promovido o encerramento da

não

Relatório de Visita de Correição

matrícula, a Delegatária deverá valer-se de uma averbação de encerramento.



Estado do Tocantins
Pugmil-TO

Cartório de Registro de Imóveis
Livro 2 - Registro Geral - FICHAS

221	IV	Pugmil-TO, 01/04/2012	1386933.1.0000221-06
MATRÍCULA	FICHA	CIDADE / DATA	CNN

257.81 m² (duzentos e cinquenta e sete metros quadrados e oitenta e um centímetros quadrados), a qual gerou a matrícula n.º 1.133 do Livro 2 de Registro Geral desta Serventia, recolhida THT HR201902003922, no valor de R\$ 51.98, bem como autorizado pela Prefeitura Municipal de Pugmil, documentos arquivados nesta Serventia. PROTOCOLO: 1506 - Nº SELO: 138693AAA015965-RGH (EMOL.: R\$6.00 TFF): R\$2.00 FUNC.: R\$2.00 ISS: R\$0.30 TOTAL R\$10.30) RETIFICAÇÃO - Nº SELO: 138693AAA015966-KLE (Valor Encolamento: R\$257.81, Taxa Funcião: R\$128.91, Taxa Judiciária: R\$103.12, Valor FEE: R\$2.00, Valor ISSON: R\$12.89, Valor Total: R\$504.73). Pugmil, 01 de julho de 2019.

FICANDO ENCERRADA ESTA MATRÍCULA

ada, em 28 de agosto de
Tocantins-TO, a qual fica



Relatório de Visita de Correição

Comentários Gerais

Ocorrência

Verificando a matrícula 143, a qual é do imóvel onde encontra-se localizado o cartório, constatou-se que a delegatária efetuou a venda do imóvel conforme **R-3 - 138693AAA031328 - USK**, declarando o valor de R\$ 44.531,39, ocorre que no texto do registro não foi informando o valor da transação, e da análise dos documentos constatou-se a existência de um contrato particular (anexo), comprovando que na verdade o imóvel foi transmitido por R\$ 180.000,00, contrário ao que estipula o art. 5º da Lei 3.408/18, que a base de cálculo dos emolumentos deve ser a maior.

Constatou-se que a DOI de igual modo foi declarada por valor que não corresponde a efetiva transação financeira.

Deliberação

Nos termos do artigo 5º da Lei Estadual n. 3.408/18, tem-se que a base de cálculo dos emolumentos nos atos de conteúdo financeiro é determinada segundo os parâmetros a seguir, prevalecendo o de maior valor:

I - o valor de mercado dos bens e ou direitos objeto do ato notarial e ou de registro;

Achado 1

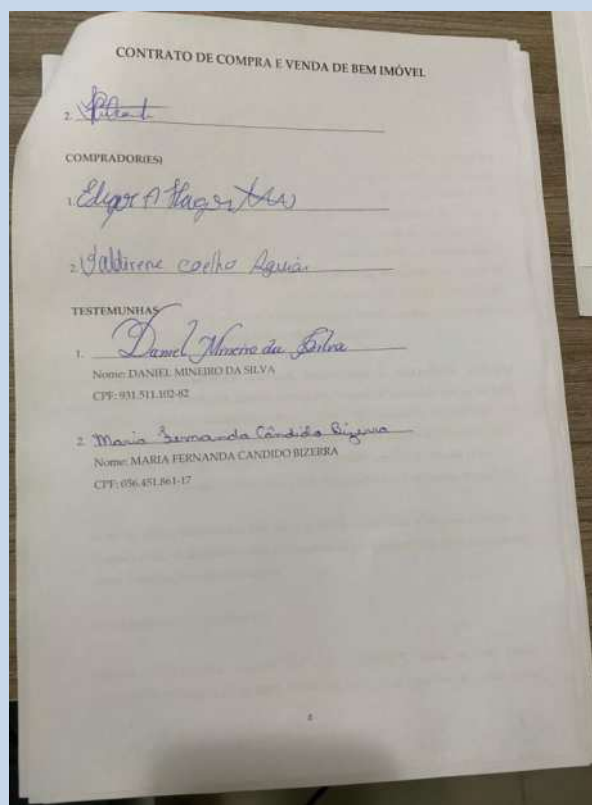
Relatório de Visita de Correição

II - o valor do negócio jurídico declarado pelo usuário do ato notarial e ou de registro;

III - o valor tributário do imóvel urbano, estabelecido no último lançamento efetuado pela receita municipal, para efeito de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), e para o imóvel rural o Imposto Territorial Rural (ITR), aceito pela receita federal, considerados o valor da terra nua, as acessões, as benfeitorias e as pertenças;

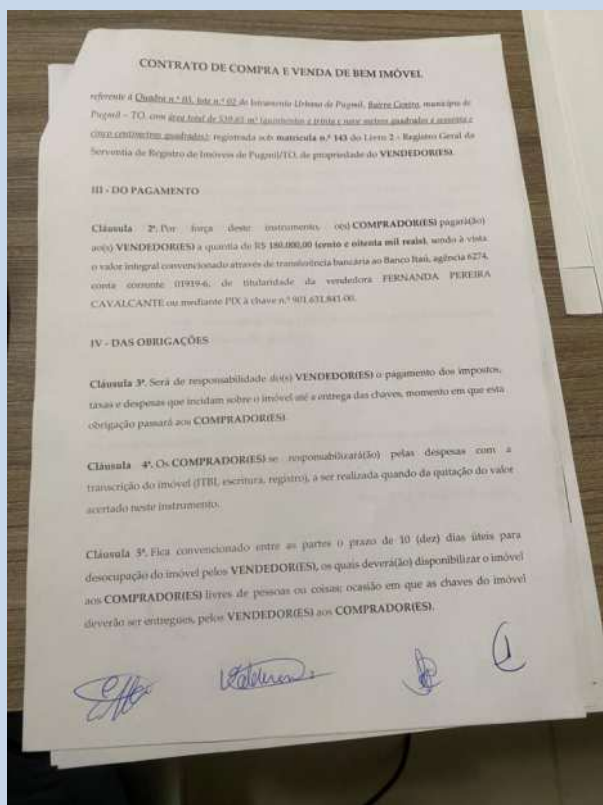
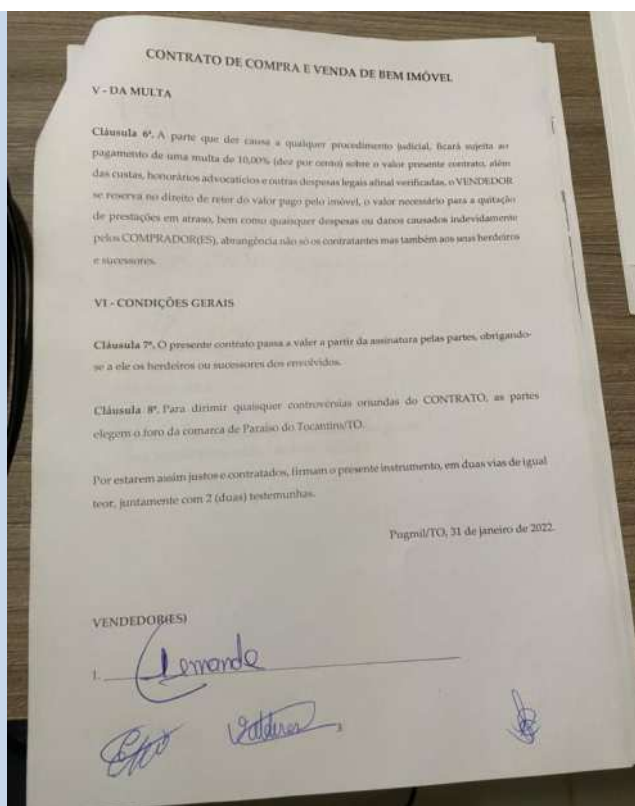
IV - a base de cálculo utilizada para o cálculo do Imposto de Transmissão "intervivos" de Bens Imóveis (ITBI) ou do Imposto sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens ou Direitos (ITCMD).

A Delegatária deverá observar rigorosamente o regramento acima, e proceder com o reajuste do selo da compra e venda mencionada, para fazer constar o real valor.

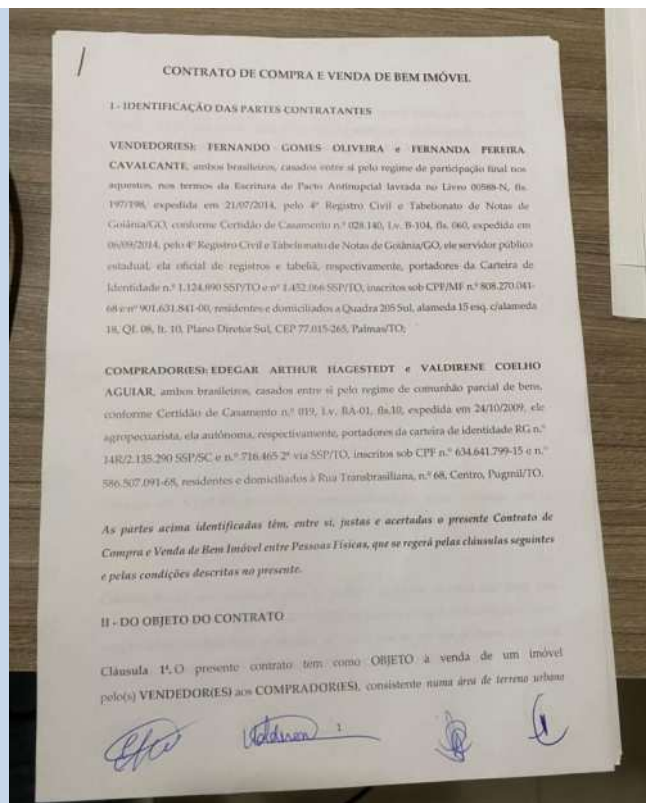




Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição



Ocorrência

Com relação ao cumprimento integral do Provimento 124/CNJ, ainda faltam 208 matrículas para serem digitalizadas para subir para o Sistema da ONR.

Achado 2

Deliberação

A Delegatária deverá observar a deliberação contida no tópico específico para o Provimento n. 124/CNJ.

Ocorrência

Analisando as matrículas abertas em decorrência de retificação ou desmembramento, verificamos que as averbações de transportes não consta selo do ato, a saber 1.5 da Tab. IV.

Achado 3

Deliberação

A Delegatária deverá rigorosamente velar para que posteriormente à abertura da matrícula, sejam transportados os atos constantes na matrícula anterior para esta nova. O item da Tabela de Emolumentos a ser utilizado para este procedimento é o 1.5 da Tabela IV (Lei Estadual n. 3.408/18).

Relatório de Visita de Correição

PROT - Livro Indicador Pessoal (Lei n. 9.492/97 – Art. 34)

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência	
	A serventia faz uso do sistema de automação IEPTB. Embora o sistema não disponibilize o relatório de forma geral, é possível realizar buscas nominais, e por CPF.	

RI - Livro de Protocolo (Lei n. 6.015/73 – Art. 174)

Código	Descrição	Resposta
439	No livro de protocolo são anotados, em colunas próprias, número de ordem, data, nome do apresentante, natureza do ato, e na coluna observações as informações remissivas indicativas do registro/lavratura do ato nos demais livros. (Art. 693 do Prov. 3).	não
	Achado	
	Ocorrência	
	Da análise, constatou-se o descumprimento do Provimento nº 3/2023/CGJTO, Lei Federal 6.015/73, ao não constar as informações remissivas, conforme imagem.	
	Deliberação	
	A Delegataria doravante deverá fazer constar no campo destinado às anotações/observações a informação remissiva de onde o ato foi realizado, mencionando o livro, o número da matrícula/registro ou averbação.	

Relatório de Visita de Correição

CARTÓRIO DE PUGMIL-TO
CHS 13.869-3

JVRO: 01-C - PROTOCOLO / FOLHA: 102

Nº de Ordem	Data	Representante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
1721	27/01/2021	MARCUS WERIANO	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023879-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 27 de janeiro de 2021.					
1726	28/01/2021	MARCUS WERIANO	REGISTRO	CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023882-046
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 28 de janeiro de 2021.					
1729	29/01/2021	GUSTAVO DUBI	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023887-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 29 de janeiro de 2021.					
1730	30/01/2021	GUSTAVO DUBI	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023890-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 30 de janeiro de 2021.					
1731	31/01/2021	GUSTAVO DUBI	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023893-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 31 de janeiro de 2021.					
1732	01/02/2021	MARCUS WERIANO	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023896-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 01 de fevereiro de 2021.					
1733	02/02/2021	MARCUS WERIANO	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023899-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 02 de fevereiro de 2021.					
1734	03/02/2021	MARCUS WERIANO	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023902-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 03 de fevereiro de 2021.					
1735	04/02/2021	MARCUS WERIANO	REGISTRO	REGISTRO DE CÉDULA DE PROPOSTA RURAL Nº 20001	AA023905-402
Declara encerrado o expediente de hoje e hora legal, pugnado em 04 de fevereiro de 2021.					

Rua Maranhão, n.º 160, Centro - Fone: (63) 3397-1113 - Pugmil-TO

Comentários Gerais

Ocorrência

Da análise verificou-se que a regra do art. 187 da Lei 6.015/73, não sendo observada pela registradora, fazendo um protocolo para cada ato, mesmo sendo sua origem de um único título/documento (imagem anexas).

Achado 1

Deliberação

Em virtude de um mesmo título/documento apresentado para registro/averbação, independente da quantidade de atos que será realizado, a Delegatária somente poderá se valer de um único protocolo para dar o efetivo andamento à demanda formulada pelo interessado, conforme preceitua o artigo mencionado, devendo seguir a presente deliberação.

Relatório de Visita de Correição

Achado 2	Ocorrência Constatou-se que os títulos recepcionados pelas centrais, não são protocolados no livro de protocolo, mantendo um protocolo da central e que não tem legação ou interoperabilidade com o livro de protocolo.
	Deliberação Todos os títulos que ingressem na especialidade, seja por via física ou pedido eletrônico deverão ser constados no livro de protocolo. Com efeito, a Delegatária deverá contatar o suporte técnico do sistema, para que realize a interoperabilidade das plataformas, a fim de possibilitar a devida prenotação dos títulos recebidos eletronicamente.

Livro Controle de Depósito Prévio (Provimento n. 45/2015 CNJ)

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Achado 1	Ocorrência A Delegatária apresentou o referido livro, via sistema NORTORIAL. Na oportunidade, constatou-se que alguns atos são computados no sistema apenas para efetuar o exame de cálculo, e por consequência ficam com status aberto no sistema. Ainda, verificou-se que não consta a data de conversão do ato.	
	Deliberação Conforme previsão contida no artigo 4º do Provimento n. 45/CNJ, as serventias que admitam o depósito prévio de emolumentos manterão livro próprio, especialmente aberto para o controle das importâncias recebidas a esse título, livro em que deverão indicar-se o número do protocolo, a data do depósito e o valor depositado, além da data de sua conversão em emolumentos resultante da prática do ato solicitado. Assim, a Delegatária deverá utilizar o livro de forma adequada, a fim de atender as disposições consignadas no Provimento retromencionado.	



Relatório de Visita de Correição

CRPJ - Livro B (Lei n. 6.015/73 – Art. 114 e 116)

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência O livro é mantido aberto no cartório, aguardando demanda para o registro do primeiro ato.	

RI - Livro de Registro Auxiliar (Lei n. 6.015/73 – Art. 177)

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Achado 1	Ocorrência Constatou-se que as fichas não estão impressas, mantendo apenas no sistema. Deliberação A Delegatária deverá observar a deliberação contida no livro de Registro Geral acerca da impressão das fichas.	

RI - Livro de Registro de Comunicações Relativas a Diretores e Ex-Administradores de Sociedade em Regime de Intervenção ou de Liquidação Extrajudicial (Lei n. 6.024/74 – Art. 36 e 55)

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência Da análise do livro constatou-se a inexistência de qualquer registro.	

Relatório de Visita de Correição

Livro Registro Diário da Receita e da Despesa (Provimento n. 45/2015 CNJ)

1

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Ocorrência

Observação
1

A Delegatária apresentou o Livro Auxiliar de Receitas e Despesas automatizado, via sistema NORTORIAL. Na oportunidade, constatou-se a discriminação das despesas e receitas da serventia por especialidade, conforme determina o Provimento nº45/CNJ.

CRTD - Livro C - Transcrição por Extração (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 135)

1 07/11/2011

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Ocorrência

Observação
1

A serventia possui o livro, todavia, não faz uso em razão de realizar a transcrição de forma integral no Livro B.

CRTD - Livro D - Indicador Pessoal (Lei n. 6.015/73 – Art. 132 e 138)

1 07/11/2011

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Ocorrência

Observação
1

O sistema de automação Nortorial disponibiliza o indicador pessoal de forma simples, cuja busca é instantânea por qualquer pessoa que figure em seus registros.

Relatório de Visita de Correição

PROT - Livro de Protocolo Atual (Lei n. 9.492/97 – Art. 32)

2 16/06/2019

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência A serventia utiliza o sistema de automação do instituto, sendo este o IEPTB. O livro de protocolo é gerado de forma automática, pelo próprio sistema, mas também é mantido de forma física na serventia.	
	Ocorrência No que tange à estruturação livro, verificou-se que a Delegatária observa o que está disposto no artigo 32 da Lei nº 9.492/97, fazendo constar número de ordem, natureza do título ou documento de dívida, valor, apresentante, devedor, bem como a situação do título. Último ato: Protocolo: 1866, Entrada: 12/06/2023, Tipo: DMI- Duplicata de Venda Mercantil por Indicação, Nº Título: 003622532, Vencimento: 03/06/2023, Valor: R\$800,86, Apresentante: Banco Bradesco, Sacado: Mailson Ribeiro Martins Eireli, Sacador: Distribuidora Universo, Selo: 138693AAA039022-CAT.	
Observação 2	Ocorrência Durante o trabalho correcional foram consultados alguns selos do livro de protocolo e confrontadas as informações do livro às do sistema GISE, oportunidade na qual foi possível verificar a convergência. Selos consultados: 138693AAA039012, 138693AAA038304, 138693AAA036932.	
Observação 3	Ocorrência Da análise correcional, foi possível verificar que os títulos protocolados no ano de 2022, não fazem menção ao número do CNS no selo de fiscalização. Diante disto, a Delegatária informou que o sistema utilizado passou por uma atualização para sanar o problema, assim, atualmente, o sistema já consta o CNS no selo de fiscalização.	
Observação 4	Ocorrência Em consulta ao selo nº 138693AAA034357, foi possível constatar que o valor informado do título no livro é de R\$1.305,95 (Hum mil trezentos e cinco reais e noventa e cinco centavos), enquanto no sistema GISE o valor apresentado é de R\$1.311,95 (Hum mil trezentos e onze e noventa e cinco	
Achado 5		

Relatório de Visita de Correição

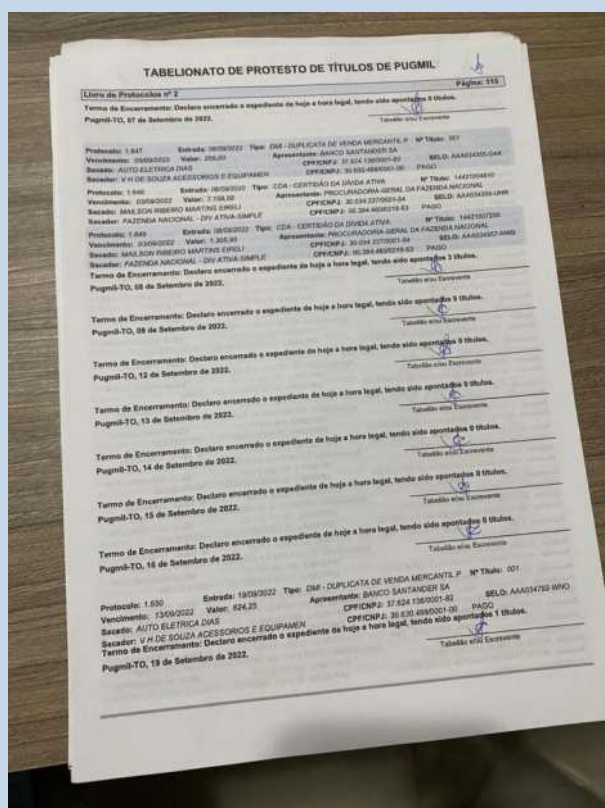
centavos).

Foi solicitado à Delegatária a apresentação dos documentos do selo acima referido, tendo apresentado de forma imediata, oportunidade em que foi verificado o recibo de pagamento com o valor de R\$1.311,95. Estando, portanto, irregular o valor do ato.

Deliberação

Consoante aos dados contidos nos atos é importante destacar que é fundamental que haja convergência nas informações lançadas nos atos às que constam no sistema GISE. A medida confere segurança jurídica e facilita o monitoramento feito por esta Corregedoria.

Assim, a Delegatária deverá velar para que haja a convergência das informações.



TAB - Livro de Procurações - Art. 421, V do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

5 31/03/2022

Código

Descrição

Resposta

Relatório de Visita de Correição

Comentários Gerais	
Observação 1	Ocorrência Último ato: Revogação de Procuração Pública de folha 197/198, protocolo 2899, Selo n. 138693AAA039198 - UJV, lançado corretamente no sistema GISE.
Observação 2	Ocorrência Analisando as procurações, verificou-se que são redigidas de forma concisa e clara pela Oficial. A numeração segue de forma sequencial e todas as páginas são rubricadas. Para a verificação da veracidade, a Delegatária realiza consultas na CENSEC e estabelece contato por meio de ligação com o cartório de origem. Foi orientada a utilizar o Comunica-GISE e o Malote Digital, além das medidas já adotadas. Todas as procurações consultadas possuem gerado o selo do item "Tabela VII 1.6 - Pela comunicação, em meio físico ou eletrônico, em decorrência de determinação legal ou judicial, não contempladas nas demais tabelas", vinculado aos demais atos. Alguns dos selos consultados: 138693AAA038750 – OKI, 138693AAA038732 – PGR, 138693AAA038446 – YNK, 138693AAA036871 – XKL, 138693AAA032622 – SMK, 138693AAA031784 - ASW.

CRPJ - Livro de Protocolo (Art. 939, I do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO)		
1 07/11/2011		
Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência Último protocolo: Número de ordem 125, Data 27/04/2023, Apresentante: CMEI - Maria Ribeiro da Silva, Natureza: Ata de Reunião de Assembleia Extraordinária, Anotações/Averbações: Ata da reunião de assembleia extraordinária para eleição do presidente e renovação dos membros da associação de apoio a CMEI Maria Ribeiro da Silva de Pugmil. Selo n. 138693AAA037912 - GZC, lançado corretamente no sistema GISE.	
Observação 2	Ocorrência Da análise geral do livro, verificou-se que este atende aos elementos	

Relatório de Visita de Correição

estabelecidos pelo art. 943 do Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO.

Alguns dos selos consultados: 138693AAA037910 – MNI, 138693AAA031300 – JFG, 138693AAA031293 – KFY, 138693AAA031291 - OLI, 138693AAA024666 - KVL.

Ocorrência

Do exame correcional, constatou-se a ausência de descrição no campo “natureza” de alguns protocolos, conforme demonstra imagem anexa.

No campo “anotações/averbações”, não são indicados livro e folha onde o ato foi registrado, sendo apenas repetida a informação contida no campo “natureza”.

Deliberação

Nos termos do artigo 693 do Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO, o Livro de Protocolo deverá conter colunas ou campos destinados às seguintes anotações: número de ordem, data, nome do requerente, natureza do título ou ato, informações remissivas e número do selo eletrônico de fiscalização.

Deste modo, a Delegatária deverá atentar-se a lançar devidamente as informações relativas à natureza do ato, bem como proceder com a informação remissivas no campo destinado às anotações/averbações do livro e folha em que o ato foi praticado.

Achado 3



Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
214	07/12/2021	CAMARA MUNICIPAL DE PUGMIL		REGISTRO DE ATA DE POSSE	138693AAA024668-JUG
215	07/12/2021	CAMARA MUNICIPAL DE PUGMIL		REGISTRO DE TERMO DE POSSE	138693AAA024670-MAL

RI - Livro Indicador Pessoal (Lei n. 6.015/73 – Art. 180)

Código

Descrição

Resposta

Relatório de Visita de Correição

Comentários Gerais

Ocorrência

Conforme verificação todas as matrículas estão no sistema de automação.

Solicitado a comprovação de que o referido indicador foi integralizado ao ONR em cumprimento ao Provimento 124/CNJ, a registradora alegou que já cumpriu, porém não comprovou.

Achado 1

Deliberação

Na forma estabelecida pelo Provimento n. 124/CNJ, a Delegatária deverá adotar as medidas necessárias para a integração do banco de dados do registro de imóveis, inclusive o indicador pessoal, junto ao ONR - Operador Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis.

TAB - Livro de Escrituras: Compra e Venda - Art. 421, II do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Ocorrência

Última escritura: livro 1-G, folha 178, datado de 29/05/2023, vendedor Leni Cabral de Souza, compradora Maria da Conceição Fernandes Marques, selo n. 138693AAA038929.

Dados do ato corretamente declarados no sistema GISE.

Solicitada a documentação que instruiu a lavratura da escritura, notou-se a inexistência de certidão de inteiro teor do imóvel.

Achado 1

O mesmo achado em relação à ausência de certidão de inteiro teor foi possível verificar em outros atos.

Deliberação

Nos termos do artigo 442, III, do Provimento n.3/2023 da CGJUS/TO:

Art. 442. São requisitos documentais inerentes à regularidade de escritura pública que implique transferência de domínio ou de direitos relativamente a imóvel, bem assim como constituição de ônus reais:

[...] III – apresentação da certidão atualizada de inteiro teor da matrícula ou do registro imobiliário antecedente em nome do transmitente, salvo nesta

Relatório de Visita de Correição

última hipótese nos casos de transmissão sucessiva realizada na mesma data pelo mesmo tabelião.

Assim, a Delegatária deverá observar rigorosamente a presente deliberação, que será objeto de análise na próxima correição a ser realizada.

Ocorrência

Analisando a escritura pública de compra e venda do livro 1-E, folha 59, Fernando Gomes Oliveira e Fernanda Pereira Cavalcante, selo n. 138693AAA030828, notou-se que o valor considerado para a cobrança dos emolumentos foi o valor de R\$ 44.531,39.

Solicitada a documentação que subsidiou o prática do ato, foi possível verificar a existência de um contrato no qual consta que o imóvel foi transacionado pelo valor de R\$ 180.000,00 mil.

Ou seja, os emolumentos foram cobrados em cima do menor valor, desobedecendo o artigo 5º da Lei Estadual 3.408/2018.

Deliberação

Nos termos do artigo 5º da Lei Estadual n. 3.408/18, tem-se que a base de cálculo dos emolumentos nos atos de conteúdo financeiro é determinada segundo os parâmetros a seguir, prevalecendo o de maior valor:

I - o valor de mercado dos bens e ou direitos objeto do ato notarial e ou de registro;

II - o valor do negócio jurídico declarado pelo usuário do ato notarial e ou de registro;

III - o valor tributário do imóvel urbano, estabelecido no último lançamento efetuado pela receita municipal, para efeito de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), e para o imóvel rural o Imposto Territorial Rural (ITR), aceito pela receita federal, considerados o valor da terra nua, as acessões, as benfeitorias e as pertenças;

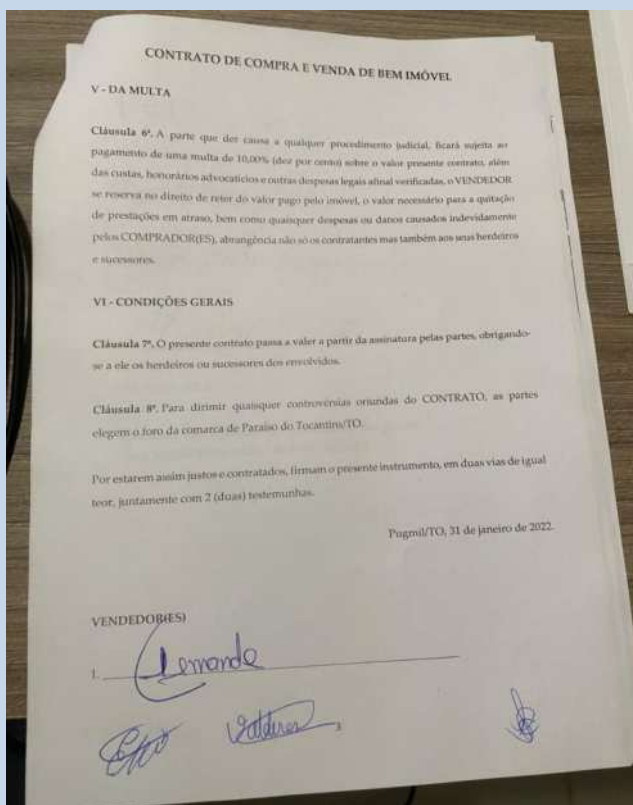
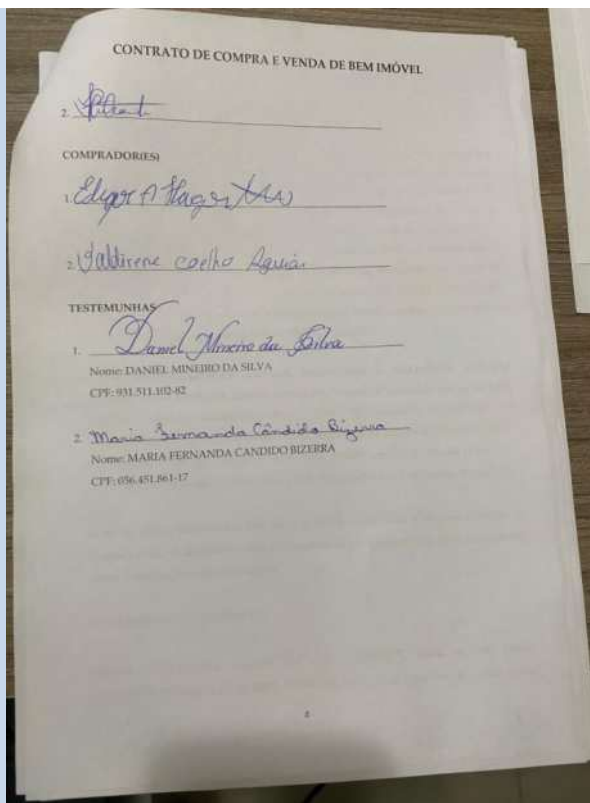
IV - a base de cálculo utilizada para o cálculo do Imposto de Transmissão "intervivos" de Bens Imóveis (ITBI) ou do Imposto sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens ou Direitos (ITCMD).

A Delegatária deverá observar rigorosamente o regramento acima, e proceder com o reajuste do selo da compra e venda mencionada, para fazer constar o real valor.

Achado 2

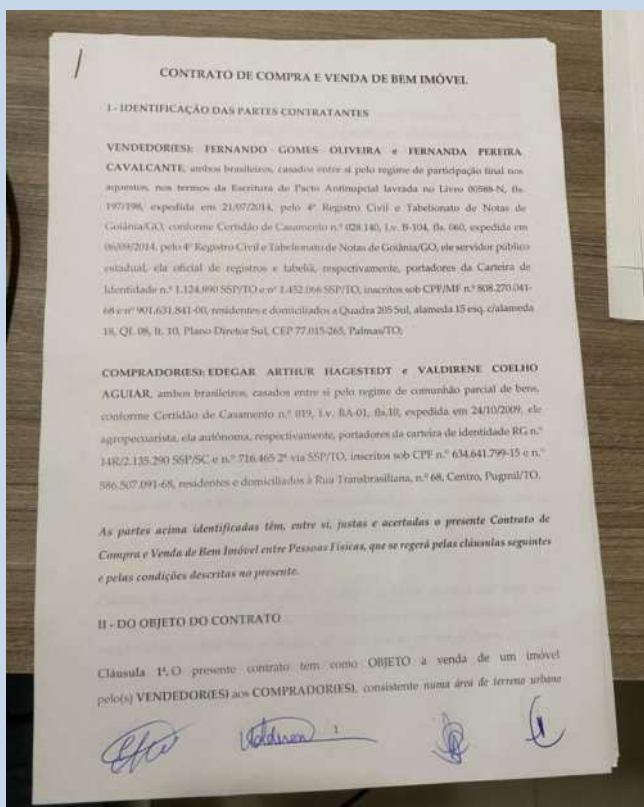
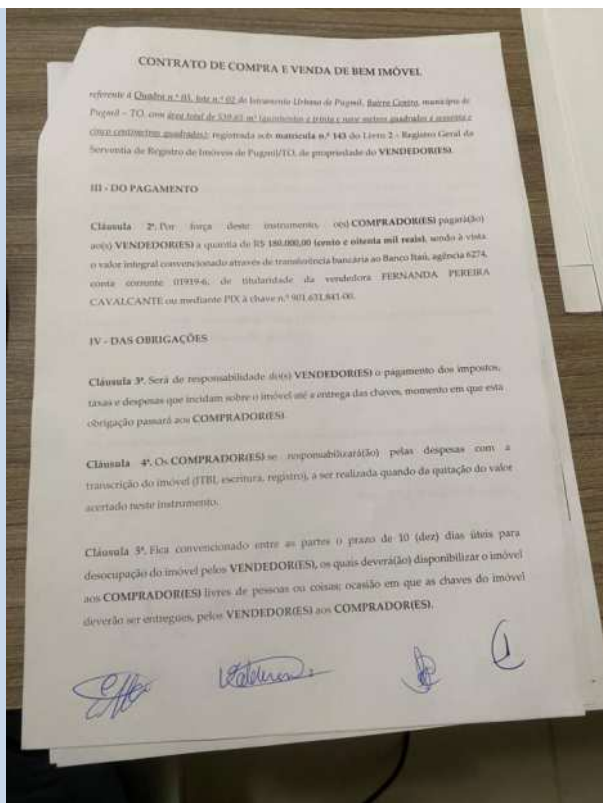


Relatório de Visita de Correição





Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição

Observação 3	Ocorrência Analisando a escritura pública de compra e venda do livro 1-E, folha 56, selo n. 138693AAA03082, notou-se que além da aquisição consta também um estabelecimento de usufruto vitalício da propriedade. O bem objeto da escritura é o imóvel matriculado sob o n. 674. Solicitada a apresentação da matrícula em questão notou-se que não foi feito o registro no livro 2 da compra e venda, tampouco do usufruto. A Delegatária informou que neste caso o interessado não quis proceder com o registro da escritura.
-----------------	--

TAB - Livro de Testamentos - Art. 421, IV do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO 1 22/05/2012		
Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência Último ato: Testamento Público que faz José Barbosa Coelho, de folha 47/49, protocolo 2720, Selo n. 138693AAA037676 - ZAJ, lançado de forma correta no sistema GISE.	
Observação 2	Ocorrência Da análise geral dos testamentos, foi verificado que o artigo 530 do Provimento n. 3/2023/CGJUS/TO e art. 215 do Código Civil estão sendo observados para a lavratura de testamentos públicos. Alguns selos consultados, os quais estão lançados de forma correta no sistema GISE: 138693AAA037114 – KCH, 138693AAA036975 – FHI, 138693AAA036902 – YLI, 138693AAA032705 - APZ.	

CRTD - Livro F - Para registro facultativo de documentos ou conjunto de documentos para conservação (Lei n. 6.015/73 – Art. 132, VI) 1 27/06/2022		
Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		

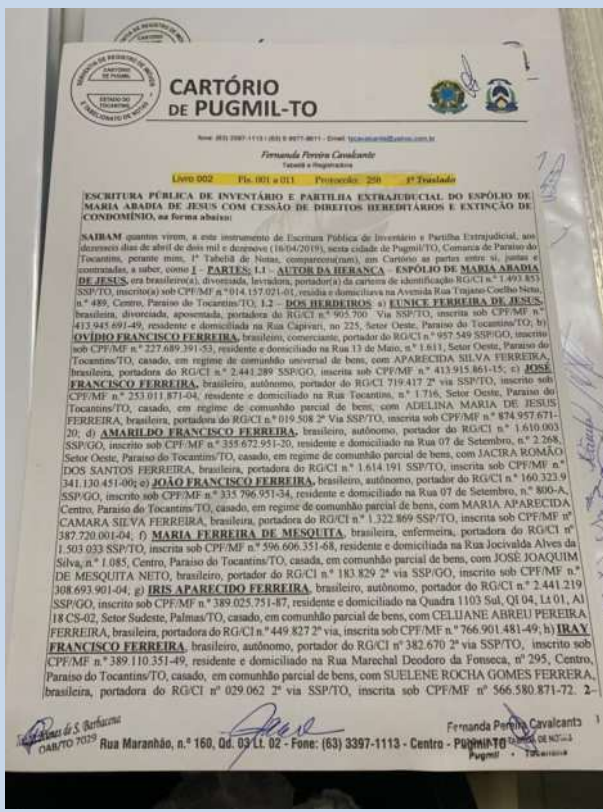
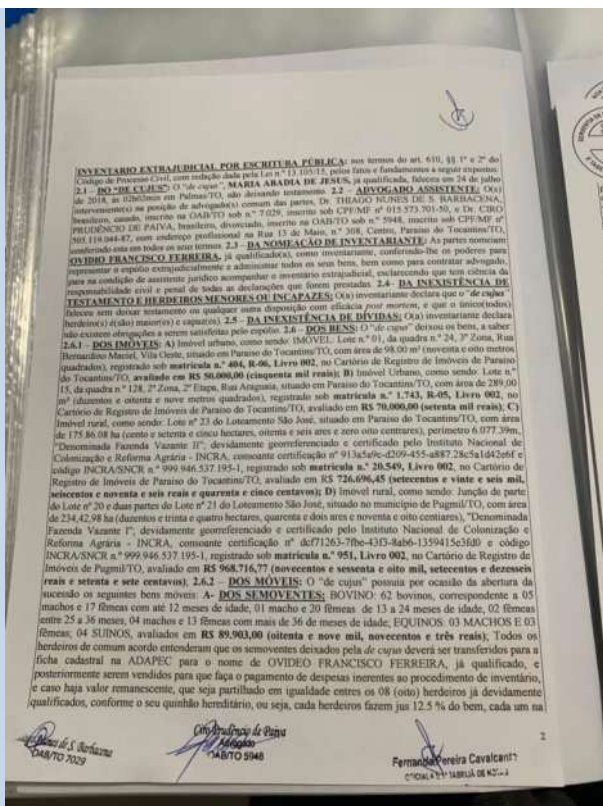
Relatório de Visita de Correição

Observação 1	Ocorrência A Delegatária realizou a abertura do livro, todavia, ainda não há atos registrados.
-----------------	--

TAB - Livro de Escrituras Diversas - Art. 421, III do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

Código	Descrição	Resposta
	Comentários Gerais	
Achado 1	Ocorrência Última escritura: livro 4, folha 132, data: 14/06/2023, Escritura Pública de Rerratificação da Escritura Pública de Inventário e Partilha Extrajudicial do Espólio de Marta Abadia de Jesus com Cessão de Direitos Hereditários e Extinção de Condomínio, selo n. 138693AAA039118. Solicitada a escritura originária, livro 2, folhas 1 a 11, selo n. 138693AAA013444, foi possível verificar que em seu teor, o valor total dos bens perfaz R\$ 1.905,316,22, enquanto que no sistema GISE, a TAG referente ao valor econômico consta R\$ 1.904.965,22.	
	Deliberação A Delegatária deverá prestar esclarecimentos acerca da divergência, e em caso de erro no lançamento dos valores, solicitar o reajuste do selo, para que as informações constantes no ato convirjam às do GISE.	

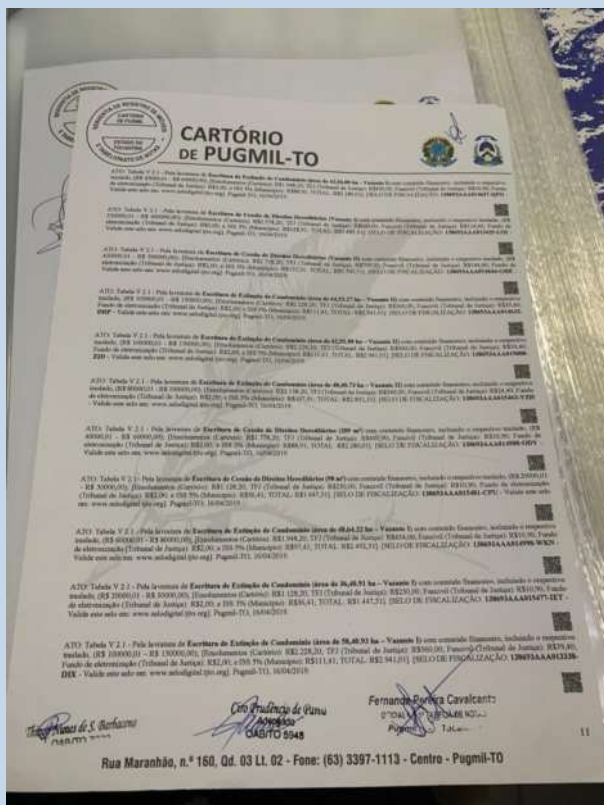
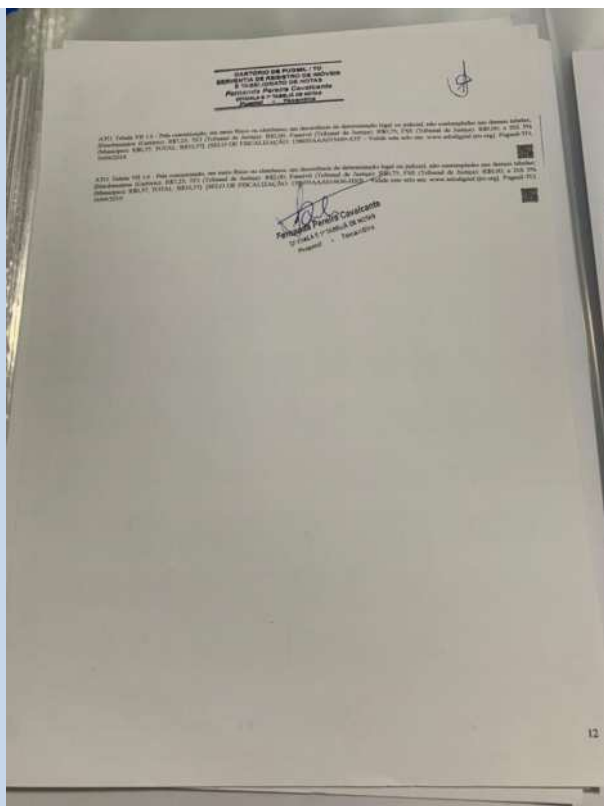
Relatório de Visita de Correição





PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA ESTADO DO TOCANTINS

Relatório de Visita de Correição



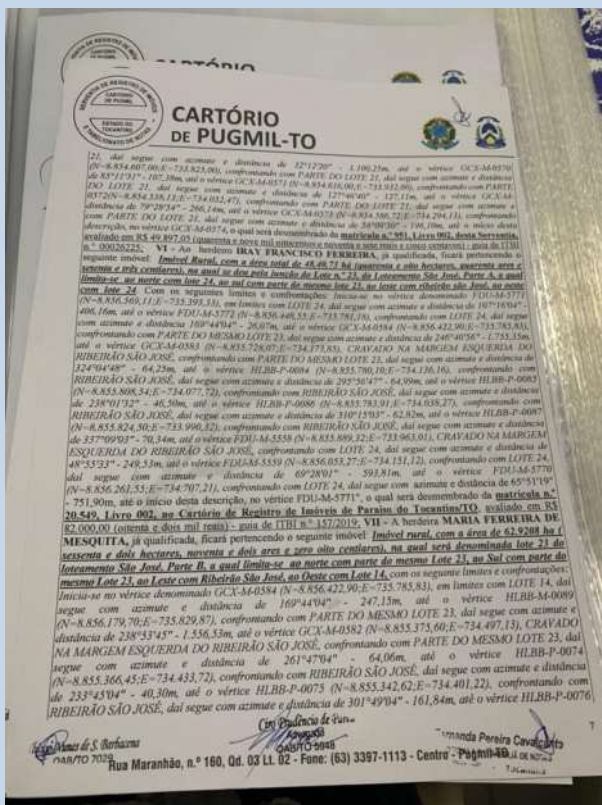
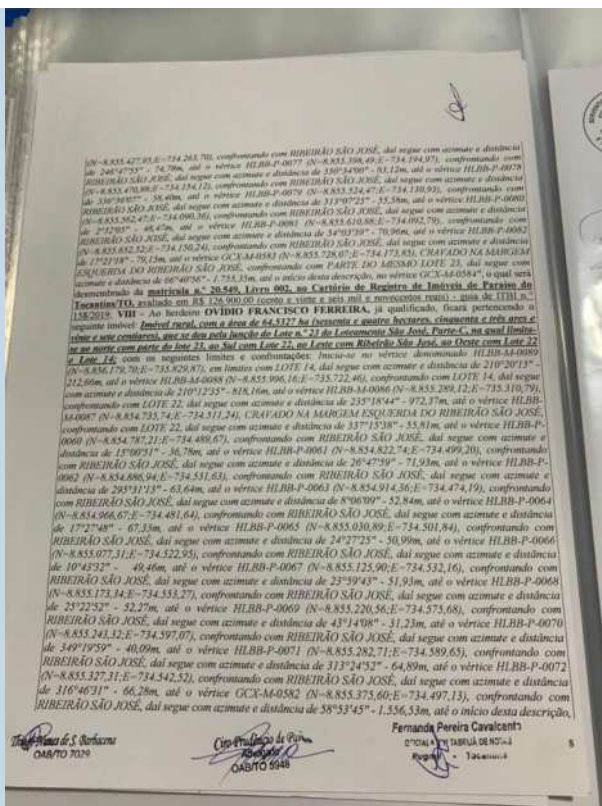
Relatório de Visita de Correição



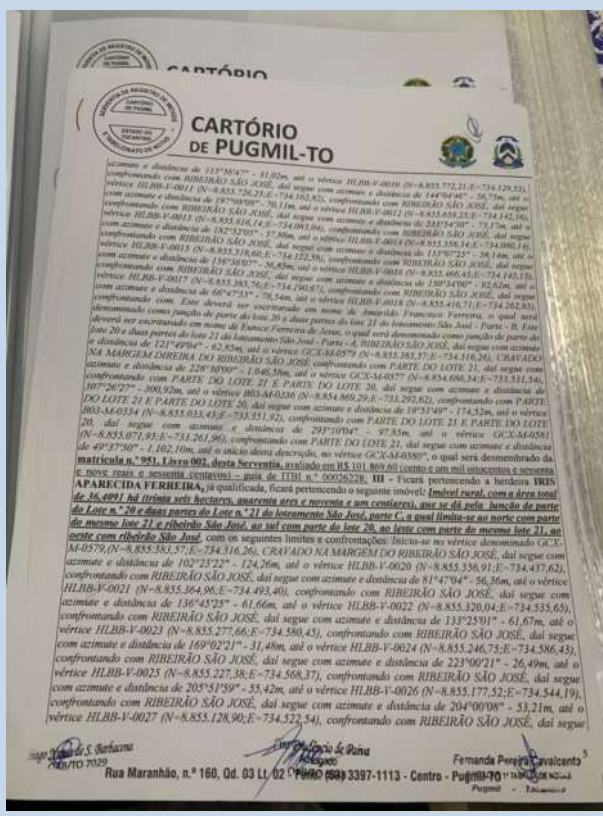
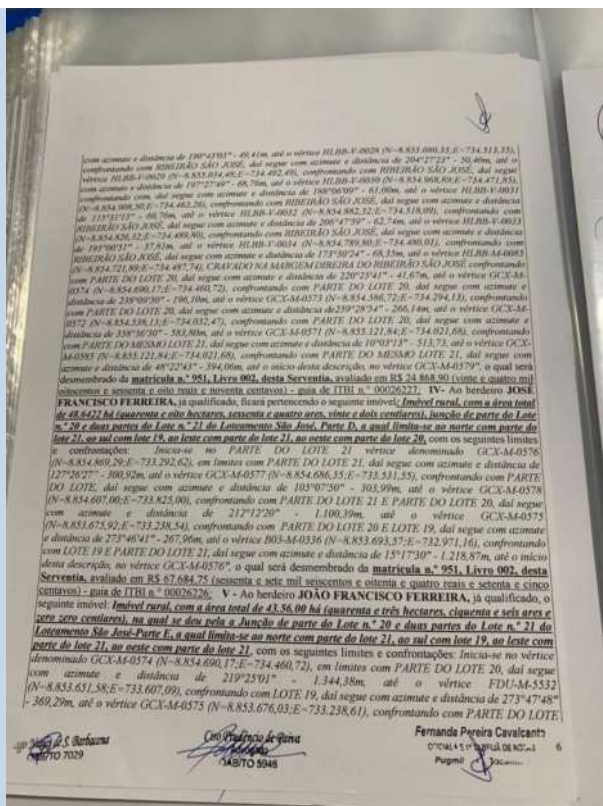


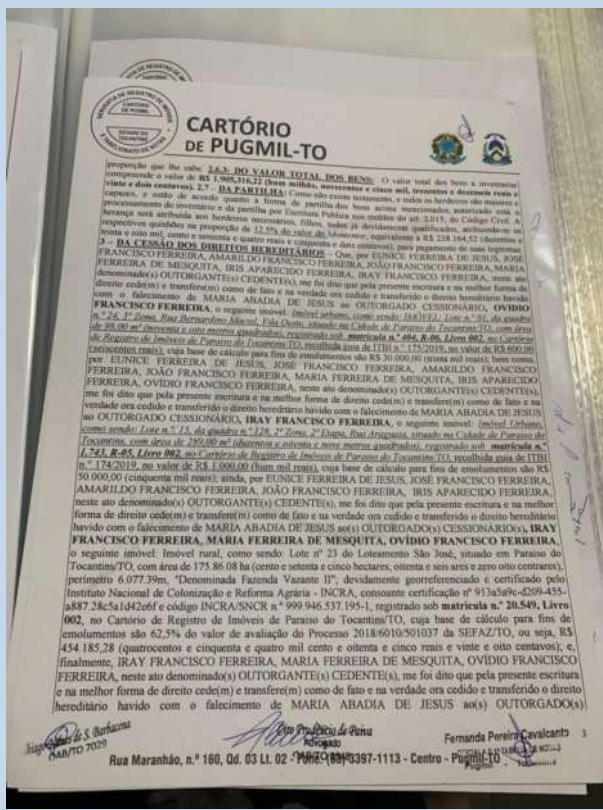
PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA ESTADO DO TOCANTINS

Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição





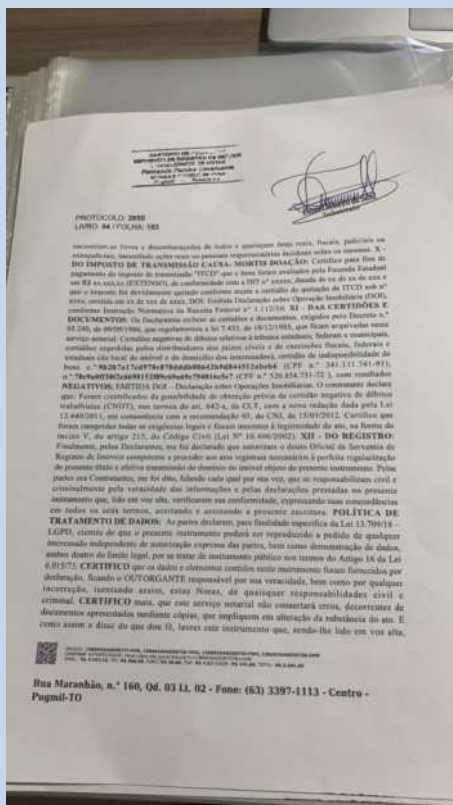
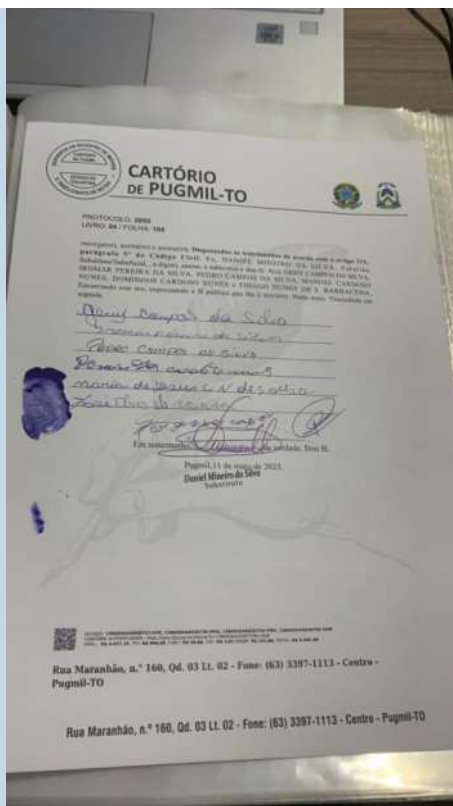
Relatório de Visita de Correição

Achado 2	Ocorrência Consoante ao QR Code ao final dos atos verificou-se a mesma irregularidade já pontuada no livro de escrituras de Ata Notarial. Deliberação Assim, a Delegatária deverá observar as disposições consignadas no livro de Ata Notarial.
Observação 3	Ocorrência Registra-se que durante os trabalhos, analisando o livro 4, folha 105, foi possível verificar que o assinante à rogo está sendo devidamente qualificado na escritura, conforme exigência do Provimento n. 3/2023/CGJUSTO.
Achado 4	Ocorrência Por fim, verificando a escritura pública de inventário e partilha de folha 102, livro 4, selo n. 138693AAA038728, notou-se que o valor constado no GISE referente ao valor econômico foi de no importe de R\$ 45.000,00 mil, todavia, o valor total dos bens perfaz o montante de R\$ 90.000,00 mil. Deliberação Nos termos da Nota Explicativa n. 2 da Tabela V (Lei Estadual n. 3.408/18), tem-se que os emolumentos serão calculados levando-se em conta a soma dos bens e direitos partilhados. Assim, a Delegatária deverá prestar esclarecimentos sobre a ocorrência, e sendo o caso solicitar o reajuste do selo para constar os valores corretamente.



PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA ESTADO DO TOCANTINS

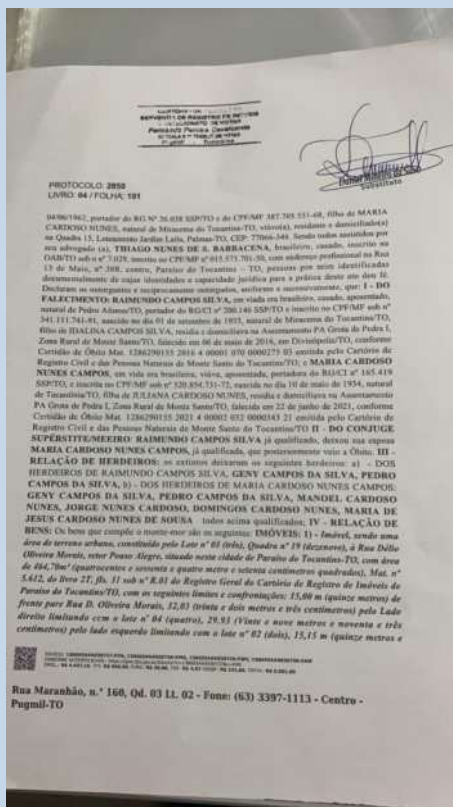
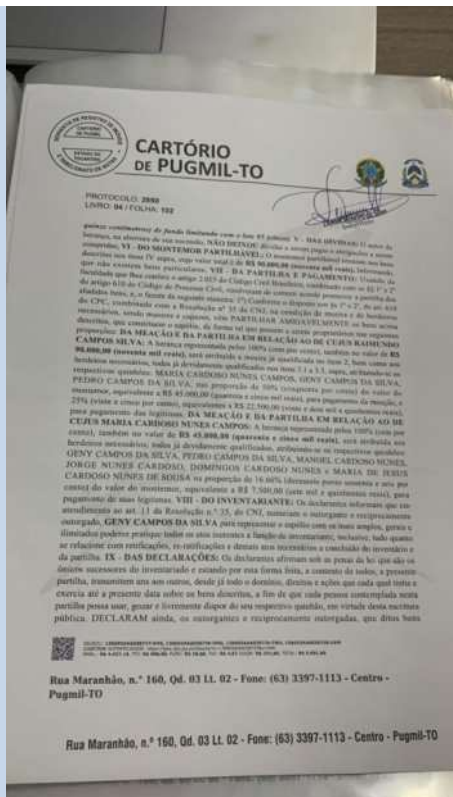
Relatório de Visita de Correição



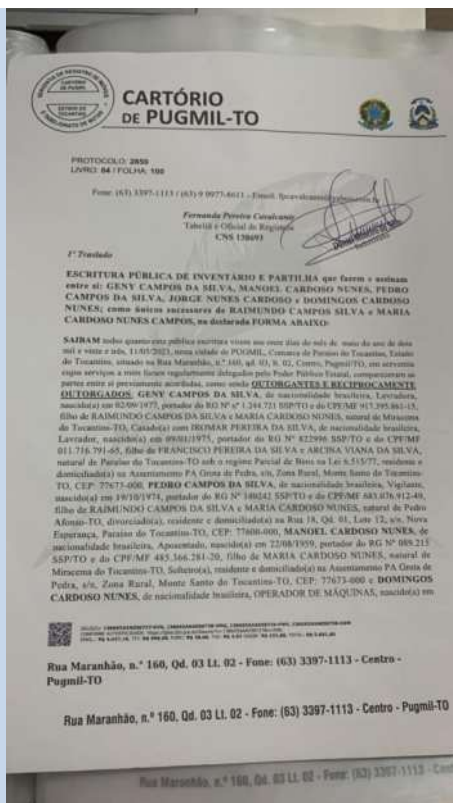


PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA ESTADO DO TOCANTINS

Relatório de Visita de Correição



Relatório de Visita de Correição



Observação
5

Ocorrência

Por fim, foram consultados os selos das escrituras abaixo arroladas, e confrontadas as informações constantes em seu teor às do GISE, oportunidade na qual verificou-se a convergência. Atos consultados:

Protocolo: 2560, Livro: 3, Folha:193, Selo: 138693AAA036115;
Protocolo: 2799, Livro: 4, Folha: 83, Selo:138693AAA038443;
Protocolo: 2300, Livro 03, Folha: 128, Selo: 138693AAA033095.

Observação
6

Ocorrência

Analisando a escritura pública de compra e venda de página 64, livro 4, selo n. 138694AAA038123, observou-se que uma das partes era representada por procurador. Na escritura em questão menciona o livro, folha e cartório em que foi lavrada a procuração.

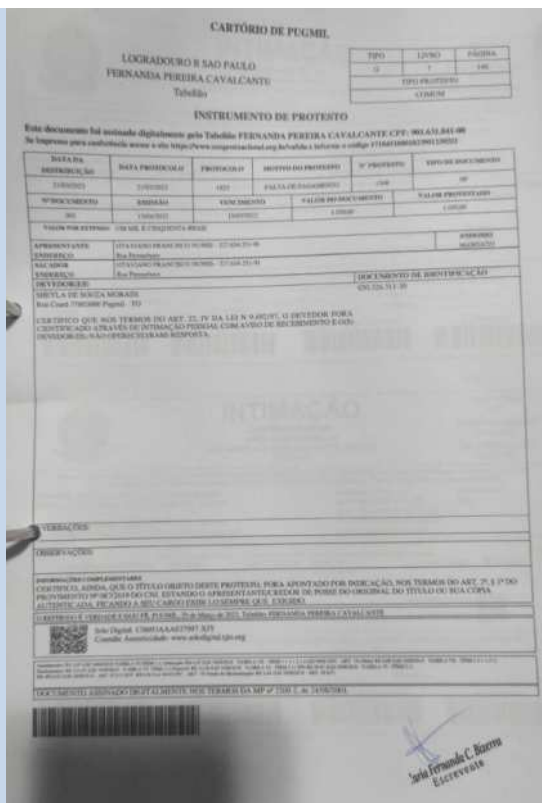
Foi solicitada a documentação que instruiu a escritura, oportunidade na qual foi constatado o devido arquivamento da procuração, bem uma certidão atualizada desta.

Além dos documentos mencionados acima consta: certidão de inteiro teor, memoriais descritivos, certificação, planta do imóvel e documentação pessoal.

Relatório de Visita de Correição

PROT - Livro de Registro de Protestos (Lei n. 9.492/97 – Art. 33)

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência Último registro: Instrumento de Protesto de número 1371, protocolo 1857 folha 169, Livro 7, Selo n. 138693AAA038863 - FGL, constando como diferido. Do exame correcional, verificou-se que a escrituração está regular, sendo os protestos realizados na forma da lei. A Delegatária informou que as intimações aos devedores são realizadas de modo tanto presencial quanto via ligações e mensagens de whatsapp. Quando as tentativas tornam-se infrutíferas, é publicado edital de notificação. Os pagamentos são feitos integralmente no cartório de modo presencial ou por meio de pix. Alguns dos selos consultados: 138693AAA037997 – XJY, 138693AAA036009 – AUO, 138693AAA036006 – IGM, 138693AAA035838 – AIS, 138693AAA035690 – DRV, 138693AAA039026 – BHQ, 138693AAA039024 – MJX, 138693AAA039011 - RLO.	
	Ocorrência Analisando o registro de protesto de número 1348, protocolo 1823, selo n. 138693AAA037997 - XJY, constatou-se que a numeração de página e livro constada no sistema GISE não é a mesma descrita no ato de protesto. Imagem anexa para verificação. No ato consta a página 146 e livro 7, e no GISE consta página 139 e livro 2.	
Achado 2	Deliberação Diante da ocorrência, é importante registrar que as informações constantes do GISE devem guardar rigorosa identidade às dos atos. Dessa forma, a Delegatária deverá velar para que não incorra em erros nas informações que são prestadas à plataforma.	



Último cancelamento de protesto realizado possui o selo de n. 138693AAA039179 - TMK.

Considerando que todas as matrículas estão no sistema de automação, o indicador é automatizado e possível de busca para localização.

Relatório de Visita de Correição

TAB - Livro de Protocolo - Artigo 421, I do Provimento n. 3/2023/CGJUS-TO

Código	Descrição	Resposta
Comentários Gerais		
Observação 1	Ocorrência O sistema de automação utilizado pelo cartório é o NORTORIAL. Último protocolo sob o número de ordem 2886, datado de 15/06/2023, apresentante: Kesley Lemes Cruvinel, cartão de assinatura, selo: 138693AAA039121.	
	Ocorrência O livro de protocolo contém campo específico para a disposição do número de ordem, data, nome do apresentante, natureza do ato, anotações e selo. O selo que consta no livro é o selo de protocolo.	
Observação 2	Ocorrência Analisando o livro de protocolo observou-se que a numeração de ordem foi interrompida no número de ordem 2876, pois ao invés de dar seguimento ao 2877, o número de ordem que foi constado foi o 2882, e posteriormente, no número de ordem 2881 pulou para o número 2883. O mesmo se observa na sequência 2870, ao invés do número seguinte ser o 2871, o que consta é o 2872, tendo sido o seguinte ao 2872 o de número 2871.	
	Ocorrência Analisando o livro de protocolo observou-se que a numeração de ordem foi interrompida no número de ordem 2876, pois ao invés de dar seguimento ao 2877, o número de ordem que foi constado foi o 2882, e posteriormente, no número de ordem 2881 pulou para o número 2883. O mesmo se observa na sequência 2870, ao invés do número seguinte ser o 2871, o que consta é o 2872, tendo sido o seguinte ao 2872 o de número 2871.	
Achado 3	Deliberação A situação pontuada é grave, pois a numeração de ordem deve ser contínua sem interrupção. Diante da constatação, a Delegatária deverá contatar o suporte técnico do sistema e narrar o ocorrido para que haja a devida correção da inconsistência, a fim de que os próximos títulos que ingressarem para registro, sejam objeto de protocolo em número de ordem íntegro e novo, dando sequência à ordem que anteriormente foi interrompida.	



PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA ESTADO DO TOCANTINS

Relatório de Visita de Correição

LIVRO: 01 - PROTOCOLO / FOLHA: 354

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 01 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
2877	02/06/2023	ANDRÉ BATISTA NASCIMENTO DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19133-VMS
2878	03/06/2023	ERLANDO BARBOSA DE SOUSA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19104-CLB
2879	03/06/2023	SILBERTO BARBOSA DE SOUSA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19105-VVG
2880	03/06/2023	ERLANDO BARBOSA DE SOUSA	ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTÁRIO	LAVIATURA	138633AAAD19106-ZLC
2881	03/06/2023	MARIA NEUZA BARBOSA DE SOUSA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19112-47L
2882	03/06/2023	JANETE ABREU DE MORAIS	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19116-R0M
2884	03/06/2023	JOSE RIBIANA DE SOUSA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19117-UMQ
2885	14/06/2023	JOVENEY FRANCISCO PEREIRA	REGRATIFICAÇÃO A ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAL DO ESPÓLIO DE MARIA MIRANDA DE JESUS	LAVIATURA	138633AAAD19118-PFM
2886	15/06/2023	ROSLEY LEMES CRUVIEL	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19121-3P4

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 01 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
2887	05/06/2023	EDNÉ ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19129-D7M
2872	05/06/2023	BRUNO DA SILVA	Escritura Pública de Compra e Venda	LAVIATURA	138633AAAD19144-GLV
2874	05/06/2023	NEUZA BARBOSA COELHO ASSUNÇÃO	ESCRITURA PÚBLICA DE DIVÓRCIO ANULADO	LAVIATURA	138633AAAD19146-L2H
2875	05/06/2023	TERESA COELHO MARINHA NETO	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19149-R0N
2876	05/06/2023	MARIA JULIA DA SILVA PEREIRA	PROCURAÇÃO PÚBLICA	LAVIATURA	138633AAAD19150-JPM

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 01 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
2882	07/06/2023	JOHNATO BARTZ NETO	ESCRITURA PÚBLICA DE REGRATIFICAÇÃO	LAVIATURA	138633AAAD19113-195

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

SECRETARIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS
ESTADO DO TOCANTINS
CARTÓRIO DE PUGMIL-TO

LIVRO: 01 - PROTOCOLO / FOLHA: 353

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 01 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
2871	05/06/2023	EDNÉ ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19129-D7M
2872	05/06/2023	BRUNO DA SILVA	Escritura Pública de Compra e Venda	LAVIATURA	138633AAAD19144-GLV
2874	05/06/2023	NEUZA BARBOSA COELHO ASSUNÇÃO	ESCRITURA PÚBLICA DE DIVÓRCIO ANULADO	LAVIATURA	138633AAAD19146-L2H
2875	05/06/2023	TERESA COELHO MARINHA NETO	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138633AAAD19149-R0N
2876	05/06/2023	MARIA JULIA DA SILVA PEREIRA	PROCURAÇÃO PÚBLICA	LAVIATURA	138633AAAD19150-JPM

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 01 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
2882	07/06/2023	JOHNATO BARTZ NETO	ESCRITURA PÚBLICA DE REGRATIFICAÇÃO	LAVIATURA	138633AAAD19113-195

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

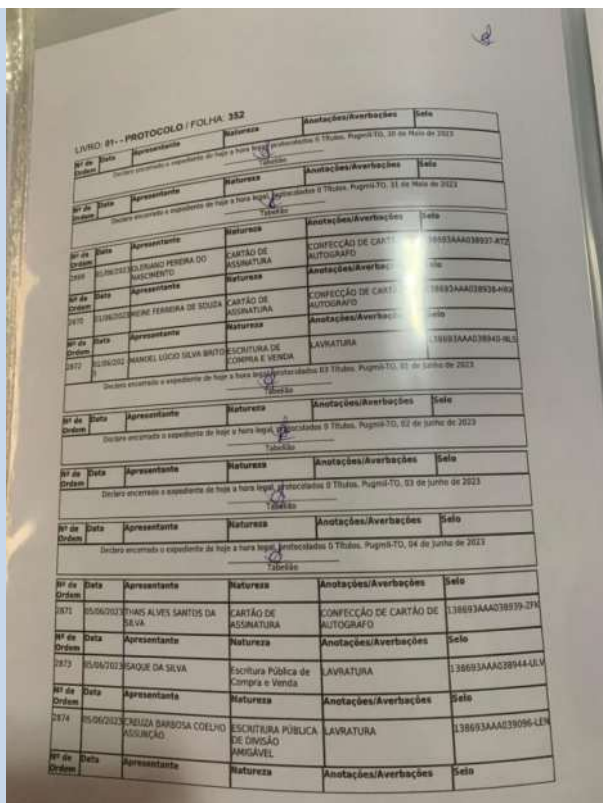
Declaro encerrado o expediente de hoje a hora legal, em 07 de Junho de 2023.

Tabela

Nº de Ordem	Data	Apresentante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
-------------	------	--------------	----------	----------------------	------

Rua Maranhão, n.º 160, Qd. 03 Lt. 02 - Fone: (63) 3397-1113 - Centro - Pugmil-TO

Relatório de Visita de Correição



Nº de Ordem	Data	Representante	Natureza	Anotações/Averbações	Selo
2851	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2852	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2853	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2854	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2855	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2856	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2857	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2858	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2859	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2860	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2861	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2862	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2863	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2864	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2865	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2866	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2867	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2868	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2869	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2870	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2871	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2872	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2873	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2874	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2875	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2876	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2877	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2878	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2879	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2880	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2881	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2882	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2883	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2884	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2885	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2886	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2887	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2888	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2889	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2890	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2891	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2892	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2893	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2894	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2895	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2896	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2897	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2898	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2899	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118
2900	05/05/2012	THAIS ALVES SANTOS DA SILVA	CARTÃO DE ASSINATURA	CONFECCAO DE CARTÃO DE AUTOGRÁFO	138693AAA039118

Ocorrência

Durante os trabalhos foram consultados os protocolos de número de ordem 2885, 2861, 2860 e 2851, e confrontadas as informações constantes no livro às do sistema GISE, oportunidade na qual foi possível verificar a sua convergência.

Selos consultados n. 138693AAA039118, 128693AAA038884, 138693AAA038757 e 138693AAA038731.

Observação
4

Livro de Visitas e Correições (Provimento n. 45/2015 CNJ)

1 09/05/2012

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Observação
1

Ocorrência

O Cartório possui o livro, e armazena os termos em uma pasta, mantendo-os de forma organizada em ordem cronológica da realização das correições.



Relatório de Visita de Correição

Sem apontamentos.

CRTD - Livro E - indicador real (Lei n. 6.015/73 – Art. 132, V)

1 21/06/2022

Código

Descrição

Resposta

Comentários Gerais

Ocorrência

Observação
1

Da análise correcional foi possível verificar que o Indicador Real encontra-se no sistema de automação NORTORIAL, permitindo a busca de forma instantânea por qualquer imóvel que figure em seus registros.

Relatório de Visita de Correição

Comentário Geral dos Livros

Tipo

Ocorrência / Deliberação

Relatório de Visita de Correição

Observação Geral	
Tipo	Ocorrência / Deliberação

Relatório de Visita de Correição

Conclusão

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, no exercício de sua atribuição precípua de exercer a vigilância, controle, planejamento, supervisão, orientação e fiscalização disciplinar dos serviços notariais e de registro em todo o Estado do Tocantins, realizou a Correição Ordinária na serventia de forma presencial, com a visualização por amostragem dos atos e documentos lavrados e registrados pelo Serviço de Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas. Atos esses, devidamente listados neste Relatório de Correição.

Assim, com fulcro no inciso V do art. 74 da Resolução n. 8/2021, apresentamos o relatório circunstanciado do Serviço de Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas, elaborado com base nos dados extraídos do Sistema GISE e dos sistemas que escoram a serventia, bem como nas informações coletadas durante a visita presencial, com os apontamentos discriminados por especialidade para aprovação e deliberações.

Relatório de Visita de Correição

Assinado de forma digital por "Carla Rejany
Pimenta de Andrade

Fernanda Pereira Cavalcante
Titular

Carla Rejany Pimenta de Andrade
Chefe da Divisão da Correição e Fiscalização

Assinado de forma digital por WAGNER JOSE
DOS SANTOS

ESMAR CUSTODIO VENCIO FILHO
Juiz Auxiliar Supervisor dos Serviços Notariais e de
Registro

Wagner José dos Santos
Coordenador dos Serviços Notariais e de
Registro